

Relatório de Avaliação do Programa Magister - Ceará

INTRODUÇÃO

O Programa de Formação Docente em Nível Superior - Magister destinou-se à formação de professores das redes públicas estadual e municipal do Ceará. Foi desenvolvido durante três anos e meio e trabalhou as dimensões técnicas e didáticas dos processos de ensino e de aprendizagem, tendo como princípio essencial da formação docente a reflexão sobre a prática.

Para desenvolver este programa, em maio de 1999, a Secretaria de Educação Básica do Ceará - SEDUC estabeleceu uma ampla parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Regional do Cariri - URCA e Universidade Vale do Acaraú – UVA. Essas instituições participaram do processo de discussão e elaboração do Magister, programa destinado à formação docente em serviço, dos professores da rede pública, que não possuíam a titulação mínima exigida pela Legislação (LDBN n. 9.394/96). Inicialmente, seriam contemplados, apenas, os docentes da rede estadual, mas diversos municípios manifestaram a intenção de formar seus professores, que foram incorporados ao programa.

Duas comissões foram instituídas para a efetivação do programa, cada uma com atribuições específicas, mas interligadas e um fórum de discussão permanente:

- Comissão Pedagógica, responsável pela elaboração dos fundamentos teóricos e metodológicos e pela integralização curricular das propostas pedagógicas de cada instituição participante do programa, que garantiu os pressupostos comuns, referenciais norteadores das propostas e o perfil dos professores-alunos a serem formados, sendo resguardadas as especificidades de cada instituição;
- Comissão Interinstitucional de Articulação, responsável pelas decisões jurídico-administrativas, financeiras e políticas, de forma que as propostas pudessem ser viabilizadas;
- Fórum de Formação Docente, constituído por todas as instituições envolvidas e os 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, no qual as decisões fossem respaldadas pelos diversos segmentos da sociedade civil.

Nas comissões e no fórum, havia representantes das quatro universidades, da SEDUC, da Associação dos Professores dos Estabelecimentos de Ensino Oficial do Estado do Ceará - APEOC e Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SINDIUTE, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNIDIME, do Conselho de Educação do Ceará - CEC, dentre outras.

O Programa foi concluído em 2005 e, três anos depois, a SEDUC encomendou esta avaliação, que está sob a responsabilidade da consultora Maria Gilvanise de Oliveira Pontes, cujo processo é detalhado a seguir.

Termos de Contratos de Consultoria firmados entre o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC e as Universidades: Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Federal do Ceará, Universidade Vale do Acaraú – UVA, Universidade Regional do Cariri – URCA, para implantação do Programa Magister:

- UFC – Contrato n. 039/2002, firmado com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC.
- UECE – Contrato n. 040/2002, firmado com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará - IEPRO.
- URCA – Contrato n. 041/2002, firmado com a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri – FUNDETEC.

- UVA – Contrato n. 042/2002, firmado com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú – IVA.

1. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Consultora selecionada elaborou um plano de trabalho em consonância com a SEDUC, baseada nas orientações do TOR – Consultoria para Avaliação do Programa de Formação Docente em Nível Superior – MAGISTER, em que constava a relação de todos os insumos fornecidos pelo contratante. São eles:

- Dados dos cursistas das Universidades envolvidas no Magister para a definição da amostra e dimensionamento da aplicação dos instrumentais.
- Documentos referentes à proposta do Magister/SEDUC e às propostas pedagógicas de cada Universidade.
- Relatórios fornecidos pelas Universidades no período de funcionamento do Magister.
- Relação com os nomes dos funcionários das Células de Estudos e Pesquisas - CEPES e de Desenvolvimento de Pessoas – CEDEP responsáveis pelos contatos com a Consultora e respectivas áreas de atuação.
- Relação com os nomes dos diretores dos CREDE e dos Municípios que serão envolvidos na avaliação.
- Termos de contrato das 4 Universidades.
- Apresentação do Magister ao CONSED.

Todo esse material foi entregue no dia 10/04/2008, compreendendo um acervo de 28 volumes a serem analisados.

O passo seguinte foi a assinatura do contrato n. 017/2008 entre as partes, firmado com a Secretaria de Educação, representada pela Secretária Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, denominada Cliente e pela Consultora Maria Gilvanise de Oliveira Pontes.

Em prosseguimento, a consultora elaborou uma amostra aleatória, seguindo os critérios delineados no plano de trabalho. Esta amostra apresentou problemas, tendo que ser substituída, uma vez que muitos dos professores-alunos selecionados ou não eram da rede estadual, ou já estavam aposentados.

Este dado revela um aspecto digno de ser avaliado, pois nem todos os beneficiados pelo programa prestaram serviço após a conclusão do curso, dando sua contrapartida ao estado que custeou sua formação acadêmica, como era de se esperar.

A nova amostra demorou a ser redefinida, porque os obstáculos apresentados na anterior deveriam ser sanados. Para tanto, foi feito pela SEDUC o levantamento dos sujeitos que estavam na ativa e que pertenciam à rede estadual de ensino. Superado este impasse, as

Crede foram contatadas para viabilizar a localização dos selecionados, a fim de que pudesse ser elaborado o cronograma de viagens para realização das entrevistas.

Nas unidades do interior, houve plena aceitação dos professores-alunos, o que não ocorreu com aqueles de Fortaleza, pois muitos não aceitaram ser entrevistados, retardando mais ainda o andamento da avaliação, o que constituiu mais um empecilho a ser superado.

A avaliação foi desenvolvida em 28 pólos, dos quais foram selecionados intencionalmente 16 para esta avaliação, tendo sido considerada a vinculação com as CREDEs. Estes pólos encontram-se em 23 municípios, aqui discriminados segundo as IES responsáveis pelos pólos selecionados:

➤ UECE

- CREDE 2 – Itapipoca: Itapipoca e Uruburetama,
- CREDE 8 – Baturité: Baturité, Palmácia e Aracoiaba,
- CREDE 10 – Russas: Russas; Fortim e Limoeiro do Norte,
- CREDE 11 – Jaguaribe: Jaguaribe,
- CREDE 12 – Quixadá: Quixadá e Quixeramobim,
- CREDE 16 – Iguatu: Iguatu e Quixelô e
- CREDE 17- Icó

➤ UFC

- SEFOR – Superintendência de Fortaleza (antiga CREDE 21) – Fortaleza.
- CREDE 1 – Maracanaú: Maracanaú, Itaitinga e Pacatuba.
- CREDE 9 – Cascavel.

➤ UVA

- CREDE 6 - Sobral
- CREDE 7 - Canindé.

➤ URCA

- CREDE 18 - Crato
- CREDE 19 - Juazeiro do Norte.

O processo de avaliação assumiu um caráter investigativo, que o aproximou de uma pesquisa científica, na qual os dados podem ser coletados por uma diversidade de procedimentos, denominada por Santos (1993; p. 48) de pluralidade metodológica, em que “[...] cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que se pergunta. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta”. Como recurso metodológico, foi utilizada a triangulação, que envolveu os seguintes instrumentos: análise documental; aspectos legais do funcionamento dos cursos, e entrevistas com professores-cursistas. Esses três instrumentos de pesquisa convergiram para um formato de triângulo, conforme ressalta Yin (2001, p. 32):

A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do ponto de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir, em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Desse modo, apoiada no autor acima citado, e tendo em vista as solicitações da SEDUC, contidas no TOR, optou-se pela triangulação para analisar e apreciar a

documentação relativa ao Magister (Propostas pedagógicas e relatórios das IES's) e as entrevistas, o que aumentou a credibilidade da pesquisa. Os instrumentos de avaliação serão a seguir apresentados:

- análise dos documentos pertinentes às políticas educacionais para a formação do profissional docente do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Educação Básica – SEDUC;
- análise das propostas de formação das 4 Universidades para os professores nas áreas de Linguagens e Códigos, Ciências Naturais e Matemática e Ciências Humanas (Geografia e História);
- interpretação das entrevistas aplicadas aos professores-cursistas, oriundos das 3 áreas de formação. Cada participante da avaliação assinou, juntamente com a consultora, o termo de consentimento livre e esclarecido, salvaguardando-se a identidade dos entrevistados. As entrevistas foram registradas e transcritas pela consultora para a sistematização dos dados que embasaram o relatório final de avaliação.

2.1 Definição da Amostra

A amostra foi constituída de professores da rede estadual, oriundos das 4 Universidades – UECE, UFC, UVA e URCA. Dos 28 pólos, foram selecionados 16 (57,0%), localizados em 22 municípios, equivalente a 19,5% do total de 118 municípios atingidos pelo programa. Do grupo de 4202 professores, 1935 atuavam na rede de ensino estadual e 2267 na rede municipal. Dentre os professores da rede estadual, foram selecionados 45, doravante denominados professores-cursistas. A amostra contemplou as 3 áreas da Formação: Linguagens e Códigos - LC, Ciências da Natureza e Matemática – CNM e Ciências Humanas – CH, conforme quadro a seguir.

QUADRO I - Professores-cursistas: universidade/pólo/município/área de formação.

Universidades	Pólos	Municípios	Professores Cursistas	Área de formação		
				LC	CNM	CH
UECE	09	14	27	09	07	11
UFC	04	05	12	06	02	04
UVA	02	02	03	01	01	01
URCA	01	02	03	01	01	01
Totais	16	23	45	17	11	17

Fonte: Pesquisa direta

A seleção dos professores entrevistados obedeceu aos seguintes critérios, que garantiram a aleatoriedade da amostra:

- se o professor cursista tivesse pertencido a uma turma com quantidade par de matriculados, a escolha seria o último matriculado da primeira metade ou o primeiro da segunda metade, caso o anterior não fosse localizado;
- se o professor tivesse pertencido a uma turma com quantidade ímpar de matriculados, seria escolhido o matriculado da posição mediana. Caso não se tivesse acesso a ele, seria procurado o anterior ou o posterior a ele na lista de matrícula;
- o professor deveria estar vinculado à rede de ensino estadual;
- o professor deveria estar na ativa.

A amostra selecionada, segundo esses critérios, precisou ser substituída, pois muitos professores-cursistas listados estavam aposentados ou não pertenciam à rede estadual de ensino, portanto, não atendiam aos critérios preestabelecidos.

2. ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Esta análise foi realizada em consonância com a finalidade desta consultoria e com as exigências do cliente. Além disso, foram consideradas as propostas pedagógicas das 4 Universidades e as características da realidade encontrada.

3.1 Análise dos Projetos Pedagógicos: concepções e conteúdos curriculares.

As propostas de formação em nível superior para professores da rede pública de ensino do Ceará do Programa Magister foram organizadas, nas quatro IES participantes do Programa, de acordo com as linhas norteadoras traçadas pela SEDUC, que indicam:

[...] uma formação que contemple uma parte de educação geral, uma organizada por área de conhecimento, tendo em vista a formação de profissionais para as séries finais do ensino fundamental e, por fim, uma parte voltada para a habilitação específica em disciplinas e/ou disciplinas afins, direcionando para o ensino médio. O estágio deve perpassar toda a duração do processo de formação através de uma prática reflexiva (SEDUC, 1999, p. 13).

Com base nessas linhas norteadoras, foi estabelecido o perfil do professor a ser formado no Magister, que deu suporte à organização dos cursos. Os profissionais devem ser preparados, entre outros aspectos, para:

- compreender a cidadania como participação social e política, adotando no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças;

- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- compreender a realidade sócio-política do município e do Estado;
- assumir atitude de auto-crítica em relação ao seu desempenho como profissional-cidadão;evidenciar a compreensão da escola enquanto instituição social;
- evidenciar atitude de aceitação das diferenças sem qualquer forma de preconceito respeitando as identidades culturais de cada comunidade e, conseqüentemente, dos que nela habitam;
- dominar os conteúdos das áreas de ensino onde atuam;
- dominar conhecimentos necessários a uma ação pedagógica com vista a criar situações de ensino-aprendizagem.

A estrutura curricular dos cursos ofertadas pelas 4 Universidades, em termos de disciplinas, assemelham-se na perspectiva de formação geral e formação específica. Houve uniformidade no aspecto relativo à duração do curso, pois todos foram ministrados com carga horária de 3.600 h/a, integralizadas em 3 anos e meio, embora organizadas e distribuídas de forma peculiar a cada Universidade:

➤ **Estrutura Curricular da UFC:**

- Núcleo de conteúdos didático-pedagógicos: disciplinas, seminários e oficinas que tratam das fundamentações filosóficas e teórico-metodológicas, relativas ao ensino/aprendizagem em todas as licenciaturas.
- Núcleo de conteúdos específicos: disciplinas, seminários e oficinas de fundamentação teórico-metodológicas e de caráter analítico, relativos a conteúdos da área, resguardado o caráter específico.
- Núcleo de conteúdos complementares: disciplinas, seminários e oficinas que constituem o repertório de cultura geral, necessários à formação do professor no seu campo do saber.
- Núcleo de experiências e práticas profissionais: as diferentes formas de acompanhamento da prática profissional do professor em qualificação, e os mecanismos de integralização de créditos – práticas de ensino, práticas administrativas, dentre outros.

➤ **Estrutura Curricular da UECE:**

- **Seminário introdutório:** aspectos organizacionais, filosóficos e metodológicos dos cursos.
- **Núcleo instrumental:** composto de três disciplinas: Português, Inglês e Matemática para todos os cursos.
- **Núcleo pedagógico:** disciplinas e seminários temáticos para atender às especificações das áreas de ensino e a Ação Docente supervisionada.
- **Núcleo básico:** seminários, disciplinas e oficinas de conteúdos básicos para a compreensão da área.
- **Núcleo de aprofundamento:** disciplinas, seminários e oficinas de acordo com as especificidades de cada área.

➤ **Estrutura Curricular URCA:**

- **Núcleo Básico:** instrumentalização do professor na sua atividade profissional com nuances da formação pedagógica.
- **Núcleo de Formação por Área:** fundamentação para continuidade de estudos com aprofundamento e habilitação específica direcionado para as séries finais do ensino fundamental.
- **Núcleo de Aprofundamento:** disciplinas específicas de cada área para habilitações específicas voltadas para o ensino médio e disciplinas afins.
- **Núcleo Pedagógico Integrador:** permeia todas as áreas, constituído de seminários de instrumentação, prática educativa, mediação didática e construção do memorial de formação.

➤ **Estrutura Curricular UVA**

- **Formação Pedagógica:** base comum de todas as áreas específicas, envolve disciplinas pedagógicas, Ação Docente Orientada, Mediação, Acompanhamento e Seminários Temáticos.
- **Formação Específica:** disciplinas da área de formação e disciplinas afins.

Na estrutura dos cursos há, também, a elaboração de um Memorial de Formação que se constitui como momento de culminância do processo de formação. No memorial, cada professor-cursista reflete/escreve sobre suas vivências pedagógicas e formação anterior e, também, procura reconstruir essas práticas, fazendo a mediação com o conhecimento acadêmico.

As 4 Universidades oferecem, nas 3 áreas de formação, disciplinas que instrumentalizam os professores para o domínio da linguagem, tais como: Português Instrumental (UECE e UVA), Leitura e Produção de Textos (UFC), Princípios Metodológicos de Leitura e Produção de Textos (URCA) e Novas Tecnologias ou Informática. Na UECE e URCA ainda são ofertadas as disciplinas Matemática Instrumental e Inglês Instrumental para todas as áreas de formação.

O princípio do professor reflexivo que embasa a proposta de formação do MAGISTER operacionalizou-se nos currículos através do estágio assim denominado:

- **Práticas Reflexionadas de Ensino** – UFC: momentos de interação com observadores externos atuando de forma a desencadear a explicitação, pelo docente em formação, dos saberes fundantes de suas práticas pedagógicas, numa perspectiva de auto-reconstrução destas:
- **Ação Docente Supervisionada** - UECE: permeia todo o processo de formação, com uma ação de orientação, acompanhamento e avaliação do professor aluno, estimulando a reflexão sobre a prática pedagógica, sob a responsabilidade do professor orientador.
- **Mediação Didática** - URCA: realizada através de encontros para reflexão de atividades e garantir a articulação entre a formação acadêmica e a formação em serviço, num processo permanente de planejamento, avaliação, ressignificado e redimensionamento do ensino.
- **Ação Docente Orientada** - UVA: é composta por três atividades articuladas entre si: Mediação, Acompanhamento e Seminários Temáticos.

Essa forma de desenvolver o estágio dos professores, no exercício da profissão, comum a todas as propostas das IES, tem como pressuposto fundamental a relação teoria/prática realizada no movimento *ação reflexão e ação refletida*, que visa desenvolver a capacidade de reflexão do professor sobre sua prática pedagógica.

Todas elas possuem uma carga horária de 600 horas distribuídas ao longo do curso de modo que a articulação teoria/prática está presente em todas as disciplinas, o que assegura o princípio da interdisciplinaridade.

A proposta de Estágio “[...] pode representar um avanço na tão discutida relação teoria prática nos cursos de formação, que historicamente tem sido tratada de forma superficial e continua sendo ‘o calcanhar de Aquiles’ da Formação de Professores em muitos países” como afirma Saviani (*Apud*, COELHO, 2005, p. 55).

A análise das propostas das 4 Universidades (UECE, UFC, URCA, UVA) indica que os objetivos da SEDUC de formar professores para as áreas e disciplinas específicas para atuarem nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, foram atingidos, nos aspectos relativos aos currículos dos cursos.

Além de ser uma proposta inovadora quanto ao estágio, atende às exigências legais determinadas pelo Conselho Nacional de Educação para as Licenciaturas e pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Formação de Professores.

Os princípios norteadores dos cursos nas universidades envolvidas no Magsiter incorporaram as tendências e as discussões mais atuais sobre a formação de professores e estavam voltados para alunos já no exercício da docência, conforme explicitado em cada proposta.

3.1.1 Proposta da UFC

A proposta da UFC destaca a “[...] reflexão sobre a prática como princípio essencial da formação docente – uma prática reflexiva e reflexionada o que significa iniciar o docente a uma prática contínua de investigação, ainda que com objetivos diferenciados dos da pesquisa acadêmica” (UFC, 1999, p. 6).

Essa proposta encontra no significado do cotidiano profissional do espaço político-cultural da sala de aula o “lôcus de reflexão para a compreensão da dinâmica curricular na formação docente. Incorpora também outros significados destes campos pedagógicos uma vez que, como espaços vivos da práxis transformam o saber da prática docente, da experiência, em paradigma para compreender o universo deste sujeito social do ponto de vista do seu contexto e de sua cultura.

Trata-se de uma proposta regida por pressupostos teórico-metodológicos delineados a partir de dados de uma prática exercida e reconstruída no processo de escolarização, que favorece a compreensão da totalidade do fenômeno educacional e do contexto social e histórico (UFC, 1999).

A condição básica para o currículo de formação em nível superior, de docentes de nível médio no exercício do magistério como sujeitos reflexivos e profissionais do saber é a sua capacitação para serem permanentes pesquisadores de sua prática, o que inclui:

- dimensão teórico/prática: a integração da filosofia do conhecimento à filosofia da sabedoria;
- dimensão política: a educação como trabalho interativo;
- dimensão reflexiva: a pesquisa como prática contínua (UFC, 1999, p.7).

3.1.2 Proposta da UECE

Os cursos da UECE continham uma proposta de formação fundamentada em princípios teóricos, que possibilitaram a reflexão crítica de cada objeto de estudo discutido ao longo do processo de formação. Tais teorias educacionais estão voltadas para a formação de sujeitos autônomos, conscientes, portanto, se baseiam na reflexão teórica da ação, nos questionamentos sobre a práxis educacional, na contextualização dos fenômenos educativos e no diálogo como forma de comunicação. Esta visão estético-criativa da educação possibilita a formação do professor reflexivo. Os currículos dos cursos estão fundamentados em princípios psicológicos e técnico-pedagógicos, segundo os quais o professor-cursista é visto como um sujeito capaz de reconstruir o seu conhecimento. Os conteúdos formativos propõem a relação dos conteúdos das áreas específicas do saber com os postulados pedagógicos mais amplos com o objetivo de estabelecer conexões necessárias a uma compreensão da realidade sócio-política da escola. A construção do conhecimento será estimulada pela pesquisa, que a configura como princípio formativo na docência e na gestão (UECE, 1999, p. 7).

3.1.3 Proposta da URCA

A proposta da URCA apresenta os mesmos princípios contemplados pela UECE, baseados também em teorizações crítico-reflexivas, que possibilitam reflexão crítica sobre o processo de formação. São teorias educacionais “[...] que valorizam a conscientização e a autonomia dos sujeitos, a reflexão teórica como elemento estruturante da ação, a atitude de questionamento inerente à práxis educacional, a contextualização dos fenômenos educativos, o diálogo como instrumento de ação comunicativa, e uma visão estético criativa da educação” (URCA, 1999, p. 6).

3.1.4 Proposta da UVA

Na proposta da UVA, os princípios estão implícitos no perfil do profissional a ser formado, ao destacar uma formação geral e pedagógica voltada para a formação de um educador capaz de:

- pensar e transmitir de modo crítico a realidade e os conteúdos disciplinares que estão sob sua responsabilidade;
- refletir sobre as transformações sociais advindas da aceleração dos processos tecnológicos de difusão de informações e conseqüentemente da dinâmica social, analisando as tomadas de decisões mais adequadas à realidade específica vivida por ele e seu contexto;
- compreender que a cidadania se constrói com a participação social e política dos sujeitos;
- ter uma consciência de professor pesquisador, isto é, capaz de transformar sua prática em objeto de estudo;
- relacionar-se com as diferentes realidades sociais de forma crítica e construtiva;
- conscientizar-se da realidade sócio-política e educacional do seu município;
- compreender a dinâmica de funcionamento da instituição escolar e dos órgãos administrativos de ensino visando a democratização dos mesmos.

Em todas as propostas, a pesquisa está presente como princípio de formação do professor para assegurar a desconstrução/reconstrução, a quebra da linearidade do ato de formar, realizada no exercício do ato de pesquisar-ensinando e de ensinar-pesquisando. Essa perspectiva tem como elementos fundantes:

- negação da neutralidade no ato pedagógico;
- superação de um método único;
- destaque do cotidiano escolar como ponto de partida para planejar ações que permitam transformá-lo, recuperando a história dos alunos e suas representações, e reconhecendo a apropriação de saberes docentes/discentes no contexto da sala de

aula como resultante de práticas e saberes sócio-histórico (UFC 1999 apud CUNHA, 1997, p.108).

Tal princípio insere-se no cerne das discussões sobre formação de professores, realizadas no âmbito das instituições que tratam e militam nesse campo, como a ANFOPE. Está de acordo também com as Diretrizes do MEC, constituindo-se como um aspecto inovador, que pode contribuir para a reorganização dos cursos no âmbito das universidades. A análise dessas propostas demonstra que as Diretrizes da Proposta de Formação da SEDUC contidas no Magister foram atendidas pelas Universidades que desenvolveram o referido programa.

3.2 A Dimensão Legal das Instituições e Dispositivos Regulamentadores dos Cursos

A fundamentação legal aqui apresentada foi extraída do PARECER¹ Nº: 0349/2005, aprovado em 22.06.2005, cujos interessados são: a Universidade Estadual do Ceará – UECE, a Universidade Regional do Cariri - URCA e a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. A ementa constante no referido Parecer “Reconhece os cursos do Programa Magister desenvolvidos pelas Universidades Estadual do Ceará, Regional do Cariri e Estadual Vale do Acaraú, e dá outras providências”. Com a aprovação do Parecer, as universidades expediram os diplomas aos concludentes. Segundo o Parecer em foco, o processo de reconhecimento dos cursos de graduação exigiu que fossem utilizados procedimentos e critérios de avaliação abrangentes, que determinassem a qualidade e a eficiência de suas atividades.

O reconhecimento de cursos de graduação é uma prerrogativa do Conselho de Educação do Ceará - CEC, fundamentada nos artigos 10 e 46 da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, transcritos a seguir:

Art. 10 – Os Estados incumbir-se-ão de:

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecidos do seu sistema de ensino;

Art. 46 – A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão seus prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Além dos aspectos legais do reconhecimento dos cursos, consideram-se para a formação do professor da Educação Básica em nível superior, de licenciatura, de graduação plena, aqueles contidos no artigo 62 da Lei 9.394/96 e nas Resoluções do CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, e CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Há, ainda, o Parecer CEC n. 206/2000 de 29 de março de 2000, que aprovou as propostas dos cursos de Formação Docente em Nível Superior, resultado de um esforço interinstitucional para a formação de professores, visando o exercício da docência no Ensino Fundamental e Médio, no âmbito do Estado do Ceará. As universidades estaduais, por exigência legal, aprovaram em seus conselhos, os atos legais de criação de seus cursos, a saber:

¹ Reconhece os cursos do Programa Magister desenvolvidos pelas Universidades, Estadual do Ceará, Regional do Cariri e Estadual Vale do Acaraú, e dá outras providências.

➤ **Universidade Estadual do Ceará**

O Magister da UECE foi criado pela Resolução n. 2249-CEPE, de 05 de junho de 2000, através dos projetos dos cursos de Formação Docente em Nível Superior, com as seguintes denominações: Linguagens e Códigos; Ciências e Matemática; e Ciências Humanas e suas respectivas tecnologias. A Resolução n. 2816/CEPE, de 13 de abril de 2005, aprovou a inclusão da habilitação Arte Educação e Educação Física do Curso de Graduação, Licenciatura Plena, em Linguagens e Códigos do Programa Magister.

➤ **Universidade Estadual Vale do Acaraú**

O MAGISTER da UVA foi criado por 3 Resoluções, sendo uma para cada área do conhecimento, conforme as diretrizes emanadas do MEC (BRASIL, 1999), apresentadas a seguir:

- Resolução n. 8-A/00 de 03 de março de 2000, com os seguintes cursos: Licenciatura em Ciências Humanas com habilitações em História e Filosofia/Ciências Religiosas, Geografia e Sociologia.
- Resolução n. 8 - B/00, de 3 de março de 2000, que criou o Programa de Formação Docente em Nível Superior, com os seguintes cursos: Linguagem e Códigos com habilitações em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Educação Física, Arte e Educação.
- Resolução n. 8-C/00, de 03 de março de 2000, responsável pela criação do Programa de Formação Docente em Nível Superior, com os seguintes cursos: Ciências Naturais e Matemática, com habilitações em Química, Biologia, Matemática e Física.

➤ **Universidade Regional do Cariri**

O Magister da URCA foi criado pelo Provimento n. 11/2000, de 7 de maio de 2000, com os seguintes cursos de Formação Docente em Nível Superior: Licenciatura em Linguagem e Códigos com as seguintes habilitações: Língua Português e Língua Inglesa e Respective Literaturas, Língua Portuguesa e suas Literaturas e Arte/Educação; Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática com as habilitações: Biologia e Química, Matemática e Física; e Licenciatura em Ciências Humanas, com as habilitações em História e Ciências Sociais, Geografia e Meio Ambiente.

➤ **Universidade Federal do Ceará**

A fundamentação legal do Magister da UFC não se encontra no Parecer do CEC, tendo em vista que se trata de uma instituição vinculada ao Sistema Federal, cujos trâmites se deram pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O Magister da UFC foi aprovado internamente pela Resolução n. 3/CONSUNI, de 19 de maio de 2000. O reconhecimento dos 3 cursos do Magister - UFC deu-se por meio de 3 Portarias do MEC publicadas no DOU de 26/08/2005, seção 1, p. 20:

- Portaria n. 2934/2005 Curso de Linguagens e Códigos com duas habilitações: Língua Portuguesa e Língua Estrangeira e Arte e Educação e Educação Física;

- Portaria n. 2935/2005 Ciências Humanas com duas habilitações: História e Ciências Sociais e Geografia e Ciências Sociais;
- Portaria n. 2936/2005 Ciências Naturais e Matemática com duas habilitações: Matemática e Física e Química e Biologia.

Os documentos legais estudados, que direcionaram a elaboração das propostas e execução dos cursos enfocaram aspectos referentes à estrutura, funcionamento e finalidades. Todos esses aspectos foram constatados nos programas dos cursos das 4 Universidades.

Para apreender em que medida as proposições legais estavam presentes no processo de formação do professor, decidiu-se fazer uma aproximação com a realidade por meio de entrevistas.

3.3 Análise das Entrevistas

Os professores selecionados para serem entrevistados, neste processo de avaliação, demonstraram interesse e boa vontade, conforme o que está expresso nos versos escritos por um entrevistado:

*Eu estou muito feliz
Por ter sido escolhida
Para ser entrevistada,
Falando sobre o Magister*

*O Programa Magister
Foi de grande qualidade
Fiz meu curso de História
E pela UECE eu sou formada*

Este gesto, que pode ser interpretado como um agradecimento à UECE, anuncia toda uma gama de sentimentos positivos despertados pelo Magister e um reconhecimento pela dedicação e competência técnico-pedagógica dos professores formadores das outras Universidades.

Os inúmeros depoimentos, contidos neste item, são necessários para fortalecer a argumentação de caráter avaliativo apresentada por esta consultoria. Além disso, Bogdan; Biklen (1994) afirmam que, em uma pesquisa de caráter qualitativo, os depoimentos devem conter elementos narrativos e descritivos que permitam uma melhor apreensão da situação examinada.

As entrevistas foram realizadas pela consultora e acompanhadas por técnicas da SEDUC e/ou das CREDEs. Para a análise e interpretação dos resultados, adotou-se como princípio norteador as finalidades desta consultoria e os pressupostos teóricos explicitados nas propostas das 4 Universidades.

Das questões 1, 2 e 3, que receberam tratamento quantitativo, emergiu o perfil identitário dos professores-cursistas; das questões 4 a 10, que receberam tratamento qualitativo, surgiram as categorias de análise. A adoção desse procedimento múltiplo explicitou a extensão e a profundidade do processo de formação docente oferecido pelo Programa Magister.

3.3.1 Perfil dos professores-cursistas: dados de caracterização e experiência docente.

A amplitude da faixa etária dos 45 professores entrevistados foi de 44 anos, o que significa uma grande variedade na amostra, constituída por professores muito jovens e por aqueles que tinham idade para se aposentar e ainda não o fizeram.

No entanto, houve uma maior concentração de pessoas de meia idade. Estes dados podem ser visualizados na tabela a seguir:

TABELA 1- Professores da amostra segundo a faixa etária em anos

Idade em anos	F	%
[25 – 30)	10	22
[30 – 40)	02	04
[40 – 50)	19	42*
[50 – 60)	11	24
[60 – 68]	03	07
Total	45	100

Fonte: Pesquisa direta . * Dado arredondado para mais

Após a análise da faixa etária, seguem os comentários referentes a sexo e tempo de serviço. Houve predominância do sexo feminino 42 (93%), o que confirma o senso comum, segundo o qual a atividade de magistério é, prioritariamente, exercida por mulheres.

Quanto ao tempo de magistério, a amostra revelou também uma amplitude variada de 33 pontos, significando que há professores no início de carreira e outros com tempo para aposentar-se. Os dados vão explicitados na tabela apresentada na página a seguir:

TABELA 2- Professores da amostra segundo o tempo de magistério em anos.

Tempo de magistério	f	%
[04 – 10)	01	02
[10 – 20)	07	16
(20 – 30]	31	69
[30 – 32]	06	13
Total	45	100

Fonte: Pesquisa direta

Quanto ao tempo de residência no município, 64% (31) dos professores entrevistados atuam onde nasceram e, apenas, 36% (16) mudaram de residência ao longo de suas vidas. Este item foi colocado no roteiro da entrevista, com o objetivo de verificar se os professores enfrentam grandes deslocamentos entre suas residências e seus locais de trabalho. Tal fato traz como agravante para a educação, o desconhecimento da realidade sócio-histórica e cultural do aluno. Quanto ao nível de atuação dos professores-cursistas referente à lotação, os dados revelaram os seguintes aspectos:

TABELA 3 – Nível de atuação dos professores-cursistas antes de cursar o Magister.

Nível	f	%
Ensino fundamental I	15	33
Ensino fundamental II	24	53
Ensino médio	03	*7
Ensino médio e fundamental II	03	*7
Total	45	100

Fonte: Pesquisa direta. *Dados arredondados para mais.

De acordo com a TABELA 3, quase todos os professores 67% (30) permaneceram nos mesmos níveis em que atuavam, antes de cursar o Magister. Portanto exerciam a função docente sem a necessária qualificação. Nesse sentido, o Magister possibilitou a regularização da situação funcional de muitos docentes do grupo entrevistado, conforme a LDBEN n. 9394/96. Após a conclusão do curso, ocorreu uma mudança no nível de atuação de muitos professores, que migraram para as séries finais do Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio, conforme tabela a seguir:

TABELA 4 – Mudança de nível de atuação dos professores

Especificação	f	%
Ensino fundamental I	02	4
Ensino fundamental II	25	46
EJA 1ª a 4ª séries	05	9
Ensino Médio	15	28
CREDE -Videoteca	01	2
Técnica CREDE e SEDUC	01	2
Readaptada - cargo burocrático	01	2
Núcleo Gestor	01	2
Sala de Multimeios	03	5**
Total	54*	100

Fonte: Pesquisa direta * Há professores em mais de um segmento de ensino, portanto há um total diferenciado para mais ** arredondado para menos

Após a conclusão do curso, 2 professores permaneceram no ensino fundamental I e 5 na EJA de 1ª a 4ª série, o que revela um certo afastamento da finalidade precípua do Magister: formar professores para outros níveis de ensino. No ensino fundamental II, o incremento foi de apenas uma pessoa, pois antes do curso, 24 professores já exerciam essa função, mesmo que não fossem devidamente qualificados, conforme já analisado. (Vide TABELAS 3 e 4). No ensino médio, o aumento foi significativo, pois antes do Magister apenas 3 professores atuavam nesse nível, passando para 15, após a conclusão do curso (Vide TABELAS 3 e 4). No Núcleo Gestor, nas CREDES/SEDUC e na Sala de Multimeios encontram-se 6 professores, o que não os afasta da finalidade do Magister, considerando-se que, todas as funções docentes e as demais atividades vinculadas à escola necessitam de profissionais qualificados em nível superior.

3.3.2 Categorias de análise

O desempenho profissional do professor é resultante de sua formação acadêmica, condições de trabalho e postura ética. Todos esses fatores, segundo Rey (2005), interferem no processo de construção de sua subjetividade, que aflora na sala de aula. Assim, emerge um amálgama que, de modo permanente e dinâmico, possibilita ao professor enfrentar os desafios cotidianos.

No decorrer desta avaliação, cada professor fez uma análise de sua ação docente antes e depois do Magister, na qual foram ressaltados desejos, lutas, conquistas e visões de mundo. Os elementos constituintes da subjetividade docente, revelados no decorrer das entrevistas, estão agrupados de acordo com os sentidos e direcionamentos expressos nas respostas, que enfatizam aspectos pessoais e profissionais. As falas² são agrupadas segundo as categorias elaboradas para cada uma das questões formuladas. Assim, das questões 4 e 5 emergiram as seguintes categorias:

2 As falas estão transcritas *ipsis literis* e correspondem ao depoimento de cada professor.

➤ Melhoria da auto-estima

Sobre essa temática, Henriques (2002) salienta que todo ser humano, independente da idade, tem a necessidade de se sentir alguém de valor, vivendo em harmonia consigo próprio, o que gera uma auto-imagem positiva. A melhoria da auto-estima precisa ser fortalecida e reforçada pela nossa avaliação e não apenas pelas pessoas com as quais convivemos. Estas falas são elucidativas de que o Magister elevou a auto-estima dos professores-cursistas:

[...] Triste de mim se não fosse o Magister. Foi o melhor que aconteceu na vida prof. Em tudo. Até como ser humano assim. Eu sempre digo para os meus filhos que é sempre bom cursar uma faculdade. Apesar de ter sido assim, mais nos finais de semana, nas férias e também por conta daquele período de greve, porque não era pago em dia os professores. Mas é muito bom pro ego da gente, pra tudo.

Levantou muito a auto-estima. A gente aprende a gostar mais como ser humano, né.

Sou uma grande vencedora, seria uma excluída. Primeiro porque era marinho de 1ª viagem. O conhecimento, o Magister abriu muito meus olhos na liderança. O Magister foi mais um passo.

Agora eu conheço a realidade de uma sala de aula, era como um pássaro sem asas, agora eu não tenho medo, tenho segurança.

Levantou muito minha auto-estima, de eu gostar de mim como pessoa. Também muito profissionalmente.

Em 1º lugar tinha muita vontade de fazer uma faculdade, mas era muito difícil. Hoje me sinto realizada por ter terminado este curso. Porque estava acomodada e o magister deu condições de realizar meus sonhos de me formar.

Me sinto realizada em ser professora de Matemática, com formação nessa área, o que me proporciona condições de contribuir positivamente nas dificuldades dos alunos, tenho orgulho em dizer que fiz o curso do Magister. Porque eu não tinha formação acadêmica.

Realizei o que mais desejava, pois meu sonho era fazer uma faculdade.

A realização no campo profissional em muito contribuiu para minha realização pessoal. Me senti valorizada, percebi que posso melhorar ainda mais com o passar do tempo.

Porque tive oportunidade de seguir mais além minha vida profissional.

Por ter certificado de nível superior pude ingressar melhor na minha vida profissional.

Sempre eu ganhando com o 3º Pedagógico e eu sempre fui uma pessoa que nunca isso nunca repercutiu pra minha vida profissional.

Quando veio o Magister eu me entreguei de corpo e alma. Eu queria tanto uma faculdade tanto pra minha vida pessoal quanto pra minha vida... eu sou uma pessoa que gosto... Assim que terminei, eu fiz a pós-graduação.

A formação em Matemática e Física foi um sonho interrompido na juventude.

Todos esses anos, pensei muito em realizar um sonho que achava impossível e com o curso que fiz me sinto realizada.

Como se observa nestes excertos, os professores-cursistas tiveram sua auto-estima muito elevada, podendo dizer-se que o Magister, neste ponto, foi um grande sucesso.

➤ **Aprendizagens significativas para a vida**

Segundo Moreira (1993), a aprendizagem significativa decore da *interação* entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio, em um processo não literal e não arbitrário. Em tal processo, o aprendiz acrescenta (ao que já sabe) um conhecimento mais rico, melhor elaborado e duradouro. Essa forma de aprender fortalece a identidade do professor e interfere no processo de ensino e aprendizagem.

Tudo o que eu aprendi lá eu trouxe para os meus filhos, no sentido deles se espelharem em mim. Eu aprendi que nunca ninguém tem o direito de te usar sem que você permita. Isso eu nunca esqueci.

Por que antes do Magister eu era acomodada, não queria saber de graduação, depois que conclui, nunca mais parei de estudar. Pois, em seguida fiz minha especialização na minha área, linguagens e códigos.

Na minha casa, meus filhos e esposo foram incentivados por mim a fazer um curso superior, pois viram em mim uma grande mudança. Pois meus sonhos antes do magister eram bem limitados, e hoje meus sonhos vão muito além.

Depois do Magister eu procuro sempre estar atualizada, leio mais, não tenho mais medo do novo. Me trouxe uma outra visão, uma visão bem mais ampla.

O meu desempenho melhorou muito, passei a estudar mais, ser mais investigativo. Além de que, me senti mais capacitada, foram horas de estudo pesquisa, aprofundamento.

... no dia-a-dia da vida eu tenho mais capacidade de enfrentar os desafios.

Melhorei com ser humano, como mãe, esposa, cidadã.

O Magister para mim, foi uma oportunidade de ter um nível superior com qualidade e isso aumenta a auto-estima do professor, refletindo no seu lado pessoal.

Passei a exercer uma postura mais digna respeitada. Hoje, já falo com mais desenvoltura, segurança, em sala de aula, na sociedade, nos lugares que frequento.

A partir do Magister, já fui me formando outra pessoa. Como a gente lidar com certas dificuldades. Conhece mais pessoas.

Pra mim foi ótimo, a gente conhece mais pessoas mais. A gente se deslocava a pé pra ir pro curso, isso fazia com que a gente também pudesse se socializar. Você perde mais aquele medo de falar com as pessoas. Dá uma ênfase muito boa pra sua vida.

A partir daquela convivência eu podia aprender muito, até a gente aprender a lidar na convivência com as pessoas, apesar de não ter dificuldade de conviver não, mas... o meio, a troca de idéias com o colega, com outra cultura, foi muito válido.

➤ **Atuação/influência dos professores das universidades**

O processo de ensino e aprendizagem é resultante da conjugação de diversos fatores oriundos de situações externas e internas à escola e à sala de aula, tais como: competência teórico-metodológica do professor, condições materiais da instituição, interesse do aluno e capacidade de aprendizagem. No entanto, a relação professor/aluno vem se constituindo como o fator mais importante, que permite o desenvolvimento da autonomia dos envolvidos e o fortalecimento ou aperfeiçoamento da ação docente (LIBÂNEO, 2000)

Cada professor dava muito ânimo.

Aprendi o inglês – a professora falando é como se fosse 50 falando.

Cada professor tinha seu próprio jeito, eram diferentes.

Eu nunca tinha falado inglês, e eu aprendi lá (no Magister).

A turma falando inglês era assim como se fosse um coral, todos falavam igual (por causa da metodologia que a professora usou).

Os professores também nos estimulavam.

Recebi estímulo dos professores do curso.

Sempre sonhei em aprender a trabalhar com um idioma, o Programa com seus professores-orientadores transformaram meu sonho em realidade.

➤ **Aprendizagens e conhecimentos adquiridos no Magister**

Tendo somente o 2º grau achava que estava preparada. Com a vinda o Magister “abriu a cabeça” para muitas outras coisas. Os recursos tecnológicos também contribuíram – antes as aulas eram só de giz e apagador.

O conhecimento sempre contribui para que possamos melhorar o nosso desempenho profissional.

Porque me enriqueceu com muitos conhecimentos.

Visão ampla de conhecimentos, principalmente na área de língua portuguesa, literária e outras.

Porque como tenho muita afinidade em trabalhar com ciências naturais, o Magister chegou na hora certa.

Certamente o Programa proporcionou-me o estudo minucioso da Língua Estrangeira/Espanhol.

Com certeza contribuiu de forma positiva, onde adquiri novos conhecimentos, novas metodologias e uma linguagem necessária para ser professor no momento atual.

Melhorei na minha leitura, na minha interpretação de texto. Antes eu lia, mas não interpretava texto mais científico.

Antigamente quando eu não tinha feito o Magister eu preparava minhas atividades muito diferente de agora. Abriu minha visão bem melhor.

Agora tenho conhecimentos mais claros, para colocar em prática o que eu aprendi. No meu caso da Geografia eu sou amante da natureza e estou cada vez mais conservando-a e fazendo com que as pessoas não a degradem.

Como falei, aprendi coisas que não via e não tinha noção. A maneira de ensinar diferente.

Agora estou tentando abrir horizontes, criando novas perspectivas e fazendo com que o aluno conheça realmente a nossa língua e como desenvolver a leitura de textos.

Tenho mais experiência em sala de aula e em minha vida pessoal. Porque ele abriu muito meus conhecimentos. Coisa que eu não sabia eu aprendi com o Magister. Nosso ensino é tradicional então é diferente.

➤ **Uso de recursos didáticos/aprendizagem dos alunos**

Contribuiu bastante, pois, veio abrir novos horizontes no profissional. É um leque muito grande para melhoria no meu desempenho em sala de aula.

Hoje trabalho mais com o lúdico, com discussões em grupo, pesquisa, com experiências pessoais.

Hoje meus alunos são mais críticos e dinâmicos.

Uma grande extensão de conhecimentos novos, o uso de recursos tecnológicos, as novas práticas educacionais e os projetos pedagógicos;

Contribuiu na aprendizagem do aluno e de repassar melhor os conteúdos. E também para os meus conhecimentos na área da geografia. Trabalhei com novos recursos como mapa, globos, etc.

Melhorou no meu aprendizado em geral, para desempenhar um papel na aprendizagem dos alunos e na minha vida profissional, antes usando a lousa e o giz.

Hoje minhas aulas são mais dinâmicas, saindo mais da rotina, com produção de texto, oficinas.

Mudou minha postura, hoje tenho outra visão sobre o processo de ensino aprendizagem em Matemática, a prática em sala de aula passou a ser fundamentada e reflexiva.

➤ **Melhoria financeira e desenvolvimento profissional**

Foi um momento oportuno na vida profissional porque as minhas condições financeiras não correspondiam aos meus anseios.

Oferecendo o curso gratuito aos profissionais interessados em qualificação profissional em local próximo a residência.

No desempenho do meu trabalho, e até mesmo nas minhas condições financeiras.

Melhorou o salário e com relação ao desenvolvimento cultural para mim foi de grande valor.

Abriu muito os meus conhecimentos, meu nível, abriu meus caminhos

O Magister foi um curso assim que veio pra melhorar, porque antes a gente tinha aquele ensino tradicional, não tinha um dinamismo e o Magister abriu novos caminhos pra que a gente... pra melhoria do aprendizado de nosso aluno.

Eu agradeço muito, foi uma época que a gente sabia que até 2007 todo profissional tinha que ter o nível superior. Quando passou de 2007 para 2008 a gente viu que isso daí repercutiu mesmo. Eu gostei muito de fazer o Magister.

As linhas norteadoras das propostas pela SEDUC indicam uma abordagem de professor reflexivo para a formação de profissionais no exercício da docência e ressaltam a forma como devem ser tratados os saberes dos professores “[...] precisa que ali se valorize os saberes que o professor já possui em função de sua trajetória profissional, de sua trajetória de vida. Para que ele possa constituir-se efetivamente em agente de sua aprendizagem é importante que, desde logo, aprenda a avaliar crítica e reflexivamente tudo que se apresenta como saber” (SEDUC, 1999, p. 13).

A apreensão dos impactos do Magister na formação dos professores em exercício exige que sejam respeitados os saberes diversos decorrentes da formação escolar, da experiência e das condições de trabalho. Como afirma Tardif (2002, p. 64): “[...] o saber profissional, está, de certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação, etc”.

Para a análise dos reflexos desses saberes na prática docente foram propostas as questões 6 e 7, que eram direcionadas ao levantamento de fatos marcantes na vida escolar de cada um, nos aspectos positivos e negativos. Procurou-se aquilatar em que medida tais saberes estavam presentes no fazer docente atual, conforme depoimentos a seguir.

➤ **Saberes e experiências positivas decorrentes da formação escolar anterior, presentes na prática docente**

Eu recordo dos meus professores muita garra. Quando a gente fez a 4ª série que hoje é o 5º ano, eu morava no interior e tive que vir morar na cidade, naquele tempo era bem diferente de hoje, tinha muita saudade de casa, mas eu admirava muito minha professora, na maneira dela ensinar, hoje eu me espelho nela.

Hoje a gente tem amor pelo trabalho da gente porque a gente foi preparado pra isso. Meus professores do Ensino Médio foram muito bons a ponto de fazer com que hoje quisesse ser professor.

No meu tempo o professor repassava para o aluno o compromisso. Mesmo com as mudanças a gente ainda vem trazer um pouco do tradicionalismo. O professor fazia com que nós alunos pudéssemos aprender pelo respeito, a valorização um com o outro. Isso aí eu gravei na minha mente e eu gosto sempre de dizer para os meus alunos.

Quando eu era estudante a gente tinha respeito pelos colegas. Hoje tá faltando na nossa escola e nos nossos alunos. Por mais que a gente trabalhe, o aluno está se afastando do respeito, tanto com o professor como com o colega. Na nossa escola a gente vem trabalhando os valores. Esses valores são trabalhados na família e na escola. Então eu sei que eu prego isso, o que eu aprendi com os meus professores.

O que me marcou muito, o professor de história. As provas eram ditadas, então isso me marcou muito, ele era muito severo, mas a maneira dele dar aula, a maneira de aplicar o conteúdo, a maneira de falar com os alunos, embora muitas vezes ele era mau interpretado, que ele era muito durão mais isso me marcou para sempre. Já com os meus alunos eu tenho pulso, mas na hora de brincar eu brinco, eles me chamam de general, mas eles gostam, tanto que tem um outro professor que é mais flexível e eles não gostam, e eles tem o maior respeito por mim embora sendo desse jeito.

“Fazer e fazer bem” (passa para os alunos). “Os bancos da escola é trabalho árduo”. Ressalta os materiais e as condições existentes hoje na escola (transporte, livros) que não havia na sua época.

Essas falas são portadoras de valores que são trabalhados na escola considerada *tradicional*. No entanto, tais valores continuam presentes nas atitudes e posturas desses professores, pois fazem parte de seus referenciais identitários e de suas histórias de vida. A esse respeito, Tardif (2000, p: 72) afirma:

[...] ao longo de sua história de vida pessoal e escolar, supõe-se que o futuro professor interioriza um certo número de conhecimentos, de competências, de crenças, de valores, etc., os quais estruturam a sua personalidade e suas relações com os outros e são reatualizados e reutilizados, de maneira não reflexiva, mas com grande convicção, na prática de seu ofício.

➤ **Saberes e experiências negativas decorrentes da formação escolar anterior, presentes na prática docente**

As marcas negativas, apesar de paradoxal, são também fontes de saberes e de direcionamento da ação, na prática pedagógica dos professores avaliados, na medida em que renegam determinadas atitudes no seu fazer docente, como mostram as seguintes falas registradas durante as entrevistas:

Nunca gostei de argüição em Matemática e levava até palmatória, aluno por aluno. Se não o professor dava; hoje em dia eu dou é conselho que o aluno estude.

A atitude negativa que mais marcou, a questão dos erros dos alunos, a nota vermelha, as correções que eram feitas. O erro deve ser para o crescimento e não para fazer o aluno sentir-se reprovado.

Um professor que isolava os alunos fracos desprezava os alunos desinteressados. Isso eu não faço.

Um professor de Matemática me reprovou por 5 décimos na 5ª série. Foi uma frustração muito grande, fiquei de castigo um mês sem sair de casa. Hoje não reprovo aluno, faço tudo para que todos passem.

Um professor que gostava de chamar a gente de burro. Essa palavra me marcou muito de forma negativa. Odeio essa palavra.

De acordo com as propostas curriculares constantes nos programas das 4 Universidades, o professor-cursista foi considerado, no decorrer do curso, como sujeito capaz de “[...] reconstruir o seu conhecimento, trabalhando categorias de análise que possibilitem uma leitura da sua prática profissional [...]” (UECE, 1999, p. 6). Nas entrevistas, os professores revelaram que fazem distinção entre práticas consideradas tradicionais ou progressistas, sem radicalismos e demonstraram a aplicação de conhecimentos teóricos ao fazer docente.

Essas falas revelam também, o grau de aversão à Matemática, em consequência do modo com essa disciplina foi trabalhada durante a sua formação básica dos entrevistados.

Quanto às respostas dos professores-cursistas à questão 08, estas originaram a formação de uma categoria que contempla as práticas inovadoras apreendidas no Magister e reproduzidas em suas salas de aula. Em algumas ocasiões, várias dessas práticas são citadas por um só entrevistado, numa mesma resposta. Em outras ocasiões, as mesmas atividades são mencionadas por diversos professores, o que pode ser conferido adiante. Para tornar mais compreensível a análise, procedeu-se ao agrupamento de práticas similares, em ordem decrescente, fazendo-se, a seguir, os respectivos comentários e inserindo-se as falas correspondentes aos itens, que apareceram em pelo menos 10 depoimentos dos professores entrevistados, conforme se apresenta na categoria:

➤ Práticas inovadoras apreendidas no Magister e reproduzidas em suas salas de aula.

1. Práticas relativas às aulas de campo; atividades práticas (viagens de estudo, visita a museu; confecção de material didático com os alunos); pesquisa de campo; elaboração de projetos diversos e formação do aluno pesquisador, que apareceram cerca de 25 vezes.

2. Práticas que se referem à realização de seminários, debates e trabalhos de grupos, que apareceram cerca de 23 vezes.

3. Inovações relativas à utilização de novos materiais didáticos e novas tecnologias em educação, destacando-se as sessões de multimídia e o acesso à internet, mencionadas 12 vezes.

4. Práticas que dizem respeito à relação professor-aluno que são reveladoras da uma preocupação com o respeito ao aluno, sua participação, autonomia, valorização, senso crítico,

capacidade de pesquisa e de produção de conhecimento e criatividade. Tais práticas foram mencionadas 10 vezes.

5. Inovações acerca da ampliação dos recursos de arte-educação também foram citadas, notadamente o uso da argila, produção teatral e dobradura, foram citadas 5 vezes. A produção textual, o uso de figuras e paródias também apareceram como práticas inovadoras apreendidas no Magister e utilizadas em sala de aula, embora numa frequência menor, cerca de 4 vezes. O uso de mapas e globos aparece com uma frequência de 3 vezes, citado por professores de geografia e história. Assim como os jogos matemáticos e a música.

São dignos de destaque os exemplos do item 1, que mostram, numa frequência de 25 vezes, uma preocupação com a relação teoria-prática nas atividades docentes, questão presente nos projetos pedagógicos do Magister e que, muito provavelmente, não faziam parte das salas de aula das escolas públicas:

Sempre a gente fazia excursão no Magister, então eu fiz com os meus alunos, e também a gente tinha aula de campo, porque você falar sobre história só entre quatro paredes, o aluno tem que vivenciar lá fora, eu fui com eles ao museu, eu sei que a gente saiu da sala de aula e fomos vivenciar lá fora, então o magister só trouxe benefício para mim, porque eu mudei a maneira de ensinar os meus alunos, para mim foi gratificante.

No magister nós viajamos muito. Tivemos aulas de campo que eu gostava muito e que eu queria praticar na escola, mais infelizmente o professor que quer praticar aula de campo ele é mau interpretado, como alguém que só quer passear; até se você levar os alunos para o jardim da escola, alguém vai achar que você está querendo enrolar aula, está querendo fazer uma coisa que não existe, está incomodando a direção da escola que está ali e não quer ver ninguém fora da sala de aula.

Mais um ponto altamente positivo inovador que eu achei no magister, foi esta questão das aulas de campo. Nós viajamos muito, visitamos muitos locais turísticos, visitamos museus, no caso da geologia foi muito interessante, o professor nos levou até o ESPA em Fortaleza, nós tivemos em contatos com materiais relativos a geologia, até porque se as coisas existe na teoria, a gente também sente aquela necessidade de ver as coisas na prática, ver como elas acontecem.

Eu não diria que foi um ponto inovador porque isso já existe a muito tempo, mas que para mim foi o ponto alto do Magister com essa questão de nós termos saído mais do âmbito da sala de aula e termos entrado em contato com várias outras maneiras de se aprender, isso eu achei legal até demais.

Conforme observado nas práticas agrupadas no item 2, o Magister os levou, de fato, a repensarem sua prática docente, incluindo aí a criação de maiores oportunidades de participação do aluno nas atividades escolares, por meio de iniciativas como seminários, trabalhos em grupo e debates, que aparecem cerca de 23 vezes, como demonstram os depoimentos destacados a seguir:.

a questão do seminário, hoje é muito aplicado na nossas aulas, aula de campo principalmente na nossa área de ciências, trabalho de grupo, apresentações teatrais.

Seminários, a partir do momento que eu ingressei no Magister eu comecei a aplicar o que aprendia na sala de aula, fichamento, trabalho de grupo.

Quanto ao item 3, além da importância da reflexão teoria-prática, a frequência com que foram mencionadas aquelas práticas referentes às novas tecnologias educacionais, aos novos materiais e recursos didáticos, bem como à utilização das salas de multimeios e o acesso à internet (12 vezes) também merece destaque:

Trabalho com jogos matemáticos. Eu utilizo não só na escola pública, mas também em escolas particulares. Minha monografia foi toda em cima de jogos matemáticos.

Aí eu fico comprando material dourado, ábaco e fui me aperfeiçoando. Cada vez que eu recebia meu dinheiro eu ia comprando. Hoje eu já repasso para os professores todos esses jogos. Hoje mesmo me pediram pra ir pro planejamento para repassar como é que o professor trabalha com o material dourado, com ábaco, tangram, e quais são os objetivos.

Eu sempre fui uma pessoa que criticava muito. As pessoas às vezes diziam, a escola do estado não têm nada. Eu dizia tem sim, a escola particular não tem o que a escola do estado tem. Não vamos botar a

culpa no Governo porque eu sempre fui uma professora que valorizei tudo aquilo. Os jogos é uma riqueza.

Eu trabalhei com sala de Multimeios e eu nunca vi os colegas que terminaram Matemática virem tomar emprestado os materiais que o governo traz para a escola do estado.

Trabalho com projetos de acordo com a realidade; uso de materiais didáticos (facilitando o aprendizado dos meus alunos), uso da internet.

Os depoimentos que se seguem (item 4) ilustram ainda significativas mudanças quanto à relação professor-aluno, problemática das mais sensíveis no processo ensino-aprendizagem; e que foram mencionadas, pelo menos, 10 vezes:

Dá a vez ao aluno, qualquer um é capaz de atingir o seu objetivo.

Tratar bem os alunos os alunos quando chegam, muitos tem níveis diferentes. E aquela coisa de dizer eu não sei e eu dizer você é capaz. Eu trabalho direto a auto-estima.

O Magister foi tudo de bom pra mim. E hoje eu agradeço ao Senhor pelo Magister. A maneira de trabalhar com o aluno, trabalhar o coletivo, fazer o aluno pesquisar, tornar-se uma pessoa autônoma.

Eu procuro entender o aluno, valorizar o que ele traz e aí eu dou seqüência da maneira mais correta, valorizando os conhecimentos de mundo. Ensino o aluno a pesquisar. Procuro entender melhor o aluno, avaliar o que aprendeu. Converso e oriento muito, pois são pessoas que pararam de estudar por um tempo.

Ao serem questionados a respeito da Questão 9, vinte, dentre os quarenta e cinco entrevistados, responderam que não tinham nenhuma participação em conselhos, colegiados e/ou associações dentro e fora da escola, enquanto 25 responderam que participaram ou estavam participando.

Destaque-se também que pelo menos 3 professores disseram que tal participação ocorreu após o Magister. As respostas afirmativas estão dispostas em ordem decrescente em relação ao tipo de participação indicada, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 - Participação dos professores-cursistas em colegiados/associações

Especificação	f	%
Conselho Escolar	18	40
Movimentos Religiosos	9	20
Comissões de licitação	5	11
Selo Unicef	4	9
Conselho do Idoso/Assistência Social	4	9
Sindicatos/Associação/trabalho voluntário	3	7
Conselho de Classe/Promoção de Esporte	2	4
Totais	45	100

Fonte: Pesquisa direta.

Como se pode observar, o maior engajamento dos docentes se dá no seu ambiente de trabalho, onde participam dos Conselhos Escolares (18 respostas afirmativas), das Comissões de Licitação (5 respostas), da Comissão de Avaliação do Selo Unicef (4 participantes) e Conselho de Classe (1). Dessa realidade, é preciso notar que, se por um lado, revela-se o compromisso com a escola, por outro pode significar uma compreensão ainda muito restrita da educação e uma crença equivocada de que os problemas educacionais podem ser resolvidos nos limites do estabelecimento escolar. A participação nos sindicatos da categoria é ainda muito pequena, assim como nas associações de pais e mestres e de bairros e de municípios. Muito poucos também se engajam em trabalhos voluntários com idosos e com crianças e adolescentes, a não ser que seja por meio dos movimentos religiosos (católicos ou protestantes), que ocupam a segunda posição, conforme pode ser visto acima.

Desta questão emergiu a seguinte categoria, que contempla alguns depoimentos ilustrativos das participações mencionadas:

➤ **Participação em colegiados/associações dentro e fora da escola**

Eu sou presidente de uma associação de pais e mestres, sou conselheira da assistência social, e também do conselho do idoso, do selo UNICEF e dos movimentos da igreja. Tudo isso foi depois do Magister.

Sim. Eu faço parte do Conselho Escolar, do selo UNICEF.

Sim. Participava de licitações, do Conselho Escolar.

Eu trabalho com o juizado, o estatuto da criança. Trabalho voluntário mais voltado assim para as crianças que vivem no meio da rua (...). A gente é quem leva essa criança, esse adolescente lá pra Sede. As crianças que vão pra lá estudam (...). O Juiz faz com que todas as crianças estejam na sala de aula. Eu comecei esse trabalho voluntário depois do Magister.

Sim. Conselho Escolar. Também já fiz parte da Licitação da Escola. Atualmente faço parte do Conselho de Classe.

Sim. Conselho Escolar – Comissão de Licitação (Secretária)

Sim. Associação do Sindicato dos Professores Municipais.

Ademais, é necessário destacar que mesmo quando o trabalho voluntário é desenvolvido fora dos muros da escola, com uma certa frequência, os seus objetivos se restringem a incluir novamente no sistema educacional aqueles que por razões econômicas, emocionais ou de outra ordem foram excluídos, com se pode ver no terceiro depoimento acima registrado.

Ao serem questionados a respeito da questão 10, os entrevistados apresentaram respostas bastante diferenciadas, mas a grande maioria (16) demonstrou que, a partir do Magister, modificou sua visão acerca do papel social da escola e/ou sobre o aluno, procurando vê-lo como um cidadão que merece ser respeitado e que possui direitos e deveres, como ilustram os depoimentos de alguns dos professores entrevistados, destacados nas duas categorias abaixo:

➤ **A educação como direito do aluno**

O que a faculdade me ensinou...conhecer o aluno como cidadão participativo, (...) porque na faculdade a professora enfocou muito essa questão cultural e social.

Hoje a gente já vê o aluno com outra visão depois da faculdade. (...) Você já deixa o aluno participar, (...) criticar, (...) ser aquela pessoa que dentro da função social da escola é (...) importante.

Uma coisa que eu não acho certo é o aluno sair da sala de aula, ir pra casa sem precisão. Tá danado, bota outra atividade pra ele fazer. Quando o professor botava aluno pra fora, eu chamava e ficava fazendo uma atividade até dar 11 horas. Tem sala de leitura, tem sala de multimeios, tem sala de apoio pedagógico, por que o aluno sair antes do horário? Não faz sentido.

Eu defendo que o aluno tenha vaga na escola. (...). Tem laboratório de informática quando ele está dando trabalho ao professor. O aluno tem direitos e deveres e tem que mostrar isso a ele.

{Defendo} a inclusão do aluno deficiente.

Todo tempo de 3 em 3 meses vai em busca do aluno, visita domiciliar, nos bairros (...) para atrair o aluno. Levanta-se também a auto-estima do aluno.

Fui na casa do aluno, o mesmo estava com baixa estima de estudar, incentivei (...) e o mesmo conseguiu terminar os estudos sendo graduado em direito pela UFC.

Conhecer o aluno como cidadão crítico, cidadão, ver o aluno com outra visão, deixar o aluno ver com a função social da escola ele é importante. Já tinha isso em mente, depois do Magister melhorou a forma (...) de compreender o aluno e buscar a realidade dele {identificando} (...) o que o aluno sabe e como ele vive (...) para entendê-lo...

Trabalho no projeto “Irma”- Inclusão com responsabilidade maturidade e amor; onde com textos diversificados, filmes, trechos de filmes, histórias, palestras, defendo o direito do aluno ser incluído, ter direito de aprender. A diversidade existe e deve ser trabalhada de maneira correta.

Mostrar para os alunos o direito e dever que eles tinham a cumprir. Ex.: na escola não deixar que o diretor fosse autoritário e sim saber se relacionar com todos e cobrar o direito de ir e vir, merenda escolar, livros, etc.

Outras respostas refletem de forma mais indireta a temática da pergunta, estando mais relacionadas à preocupação em melhorar o nível de ensino, por meio de atividades que lhes preencham melhor o tempo e torne a escola um ambiente mais agradável, onde se divulga o saber que não está contemplado nos currículos escolares:

Eu desenvolvo atividades lúdicas com eles, conversa, livro pra ler.

Elaboração de um projeto sobre a dengue, e fui bem sucedida, pois isto ajudou demais meus alunos, pois, alguns deles só ouvia falar, mas nunca tinha visto na prática e depois deste projeto fui parabenizada pelos pais, pois antes os filhos deles não dava importância ao caso.

Reforço no contraturno para os alunos de baixo rendimento. Parceria no projeto aprender para vencer. (...) Na minha disciplina – horário extra na sala de aula. ...

Elaboração de um projeto: conhecer a história de Ocara, onde desenvolvemos pesquisas sobre a origem da cidade, os primeiros habitantes, o seu histórico, sua cultura e seus valores.

Um projeto que estou desenvolvendo é sobre o meio ambiente, priorizando as questões locais, trabalhando seus direitos e deveres dentro da sala de aula e fora dela. Uma outra ação, voltada à aprendizagem do aluno é que na nossa escola estamos desenvolvendo projetos de leitura em horários extras, com alunos mais carentes de leitura.

Como professora de multimeios auxilio todos os projetos em beneficio da melhoria da aprendizagem e da auto-estima dos alunos.

Tenho zelo pela presença deles, procuro buscar os que se afastam, me preocupo em planejar principalmente as atividades de recuperação com o objetivo de ajudá-los a superar as dificuldades.

➤ Compreensão da função social da escola

Na elaboração do MAGISTER foi definido o perfil de saída dos professores formados a partir das linhas norteadoras comuns a todas as Universidades, conforme citado anteriormente. Desse perfil elegemos na avaliação, uma questão que pudesse determinar como os professores compreendem a função social da escola na perspectiva de assegurar o direito do aluno. Encontramos nas falas dos entrevistados evidências de dois aspectos que fazem parte da luta dos educadores que é a questão da inclusão e do transporte escolar dos alunos.

trabalho em um projeto “Irma” Inclusão com responsabilidade maturidade e amor, onde com textos diversificados, filmes, trechos de filmes, histórias, palestrar, defendo o direito do aluno ser incluído, ter direito de aprender. A diversidade existe e deve ser trabalhada de maneira correta.

Ajudou sim a entender a escola como uma instituição, porque o curso do magister não era meramente de passagem de conhecimento, mas sim me ajudou de uma forma ampla, porque o conhecimento eu já tinha, escola é um direito do cidadão, para formar um cidadão participativo crítico, integrante um elemento ativo dentro da sociedade.

Quando os alunos vão reivindicar o transporte escolar eu estou junto, esclarecendo seus direitos e apoiando.

Abriu horizontes, se tiver que defender os alunos estarei à frente. Sempre compreendi que escola é o caminho. Tivemos disciplina onde se trabalhou a função social da escola.

A gente ver que os alunos precisam realmente desse transporte para serem educados, e as vezes me preocupa quando eu sei que algum aluno não está sendo atendido, lá vai eu atrás de ajeitar; tentar contornar a situação e graças a deus uma vez trabalhando aqui eu já ajeitei a situação de muita gente em várias cidades, eu tenho certeza que se eu não for atrás disso não teria saído...

Tivemos disciplina que trabalhou muito essa função social. Sempre converso com meus alunos sobre os direitos deles. Na questão do transporte escolar a gente luta muito com eles para assegurar que eles tenham esse transporte.

CONCLUSÕES

No processo de avaliação do Programa Magister, emergiram aspectos da realidade, que não estavam contemplados no roteiro da entrevista. Os mais contundentes foram: a violência nas escolas e o não cumprimento dos compromissos financeiros de alguns municípios com as Universidades.

A violência na escola está perturbando o cotidiano escolar e atingindo o equilíbrio emocional dos professores, que se afastaram da sala de aula. Diante da inadimplência, a UFC reorganizou as turmas para não prejudicar os alunos e as outras 3 Universidades, suspenderam

as aulas por três vezes, tendo havido, portanto, um alargamento do tempo destinado à finalização deste Programa, que só ocorreu em 2005.

Convém destacar, que, a despeito de todas as dificuldades decorrentes da inadimplência de vários municípios, as Universidades mantiveram os cursos sem prejuízos para qualidade do ensino, tendo em vista o compromisso com a formação dos professores-cursistas.

Todos os participantes avaliaram o curso de forma positiva, ressaltaram os ganhos teóricos e práticos em seus aspectos pessoais e profissionais. A melhoria salarial foi considerada como um outro aspecto positivo.

Em diversos depoimentos, o Magister foi citado com muita emoção, tendo sido visto como um fator de fortalecimento da auto-estima e melhoria da qualidade de vida. Houve unanimidade nas respostas pertinentes aos significados do Programa para a vida profissional e pessoal de cada um:

Essa faculdade representa tudo, profissional, pra eu crescer profissionalmente e como pessoa.

Depois dessa faculdade “eu me sinto outra”, diferente porque tive uma professora que me chamou muita atenção no Magister.

Pra mim representa um sonho, era um desejo grande que eu tinha mesmo antes de definir o curso, já era um desejo antigo ter um curso de nível superior,ter concluído o curso foi pra mim uma grande alegria.

Se não fosse o Magister não teria feito uma Faculdade. Era um sonho,mas até então não tinha condições para fazer um curso superior.

Os cursos foram organizados, de acordo com as determinações legais dos Conselhos de Educação Nacional e Estadual, o que garantiu a certificação e expedição dos diplomas a todos os graduados. A proposta da SEDUC era adequada à realidade educacional do Estado e, em seu projeto educativo, traçou linhas norteadoras baseadas em teorias educacionais voltadas para a formação continuada de professores, o que garantiu o acatamento dos saberes da experiência e a desconstrução/reconstrução das práticas pedagógicas. Além disso, foram respeitadas as modificações na organização do ensino fundamental e médio, provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996.

No Ensino Fundamental II e Ensino Médio, quase todos os professores das áreas de Linguagens e Códigos e Ciências da Natureza e Matemática estão lecionando de acordo com sua qualificação profissional, obtida através do Magister. No entanto, na área de Ciências Humanas há um maior distanciamento de função, pois muitos professores estão lecionando disciplinas para as quais na foram formados.

A realização do curso tornou-se um espaço de troca de saberes entre alunos e professores, beneficiando a todos os envolvidos nos seguintes aspectos: alto grau de satisfação dos professores-cursistas em relação aos professores formadores; elevação da auto-estima dos professores como uma consequência da formação em nível superior e da mudança de nível de atuação.

Houve um aumento da produção acadêmica das universidades envolvidas, pois seus professores publicaram vários livros de conteúdo didático. Em paralelo, cada professor-

cursista recebeu, como doação, livros didáticos de sua área de atuação, o que se constituiu o início de sua biblioteca particular. Estes livros, certamente, trouxeram contribuição para sua prática pedagógica.

Os resultados apreendidos no processo desta avaliação ressaltam que o programa Magister trouxe resultados positivos para a formação docente, em decorrência dos seguintes fatores: a forma como a SEDUC elaborou e organizou todas as atividades; a competência teórico-metodológica das Universidades participantes e o envolvimento dos professores-cursistas. Portanto, o Magister pode servir para orientação de políticas públicas direcionadas à formação continuada de professores para o Estado do Ceará.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. **Ceará Basic Education Quality Improvement Project** (Doc.21428BR), 2000.

BOGDAN; R.; S. K. BIKLEN. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 3** de 11 de março de 2003. Responde consulta sobre a formação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n. 28** de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n. 9** de 02 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**, Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 01** de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

CEARÁ. Conselho de Educação. **Parecer n. 0349/2005.**

CEARÁ. **Convênio para a formação e habilitação de professores para o exercício da docência no ensino fundamental (5ª a 8ª séries, ou 3º e 4º ciclos) e no ensino médio.** 2000.

CEARÁ. **Parecer CEC/CES n. 206** de 29/03/2000: aprova as propostas de Licenciaturas Plenas, com habilitação em Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas, da UFC, UECE, UVA e URCA.

CEARÁ. Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC). **Proposta preliminar do Programa de Formação de Professores em nível superior.** 1999.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado – SEDUC UECE – **Contrato n. 040/2002**, firmado com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará – IEPRO/UECE. Fortaleza, 2002.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado – SEDUC URCA – **Contrato n. 041/2002**, firmado com a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri – FUNDETEC/URCA. Fortaleza, 2002.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado – SEDUC UVA – **Contrato n. 042/2002**, firmado com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú – IVA/UVA. Fortaleza, 2002.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado – SEDUC. **Contrato n. 039/2002**, firmado com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC/UFC. Fortaleza, 2002.

CUNHA, Maria Isabel da. – Relação Ensino e Pesquisa. In: **O Ensino e suas relações**. Ilma D Alencastro Veiga (Org). São Paulo: Papirus, 1996.

DIAS, A. M. et al. Usos e Abusos do Construtivismo. In: PASCUAL, J.G., DIAS A. M. I. (Org). **Filosofia, Sociologia, Psicologia**: O que isso interessa a Educação? Coleção Fragmentos. v.3, Fortaleza: Brasil Tropical, 2006.

HENRIQUES, Androula C. **Aritmética ao alcance de todos**. Tradução: Clementina Nogueira. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**, São Paulo: Cortez. 2000.

MOREIRA, Marco Antonio; Buchweitz, Bernardo. **Novas estratégias de ensino e aprendizagem**: os mapas conceituais e o Vê epistemológico. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. 1993.

REY, Fernando González. (Org). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. Tradução: Guillermo Matias Gumucio. São Paulo: Pioneira, 2005.

SANTOS, B. de S. **Um Discurso sobre as Ciências**. 6. ed. Porto: Afrontamento, 1993.

SEDUC. Secretaria da Educação Básica do Ceará. **Proposta preliminar do Programa de Formação de Professores em nível superior**. Fortaleza, 1999.

SEDUC. Secretaria da Educação Básica do Ceará. **Apresentação do Magister Ceará no CONSED**. Fortaleza, nov. 2000.

SEDUC. Secretaria da Educação Básica do Ceará. **Folder de apresentação do Programa de Formação de Professores em Nível Superior**. Fortaleza, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE**: Relatório Administrativo-Pedagógico. Fortaleza, Período I, vol. I, maio de 2001.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE**: Relatório Administrativo-Pedagógico. Fortaleza, Período I, vol. II, maio de 2001.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE**: Relatório Administrativo-Pedagógico. Fortaleza, Período II, vol. I, nov. de 2001.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE**: Relatório Administrativo-Pedagógico. Fortaleza, Período II, vol. II, nov. de 2001.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE**: Relatório Administrativo-Pedagógico. Fortaleza, Período III, vol. II, set. de 2002.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE**: Relatório Parcial. Fortaleza, jan. de 2003.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE – Convênios**: Relatório Parcial. Fortaleza, jun. de 2003.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Programa Magister Ceará/UECE: Relatório Administrativo-Pedagógico.** Fortaleza, abr. 2004.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Projeto de Formação Específica para Licenciados em Pedagogia: Linguagens e Códigos e Ciências da Natureza e Matemática,** ago. 2002.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Proposta de Avaliação do Programa Magister na UECE.** Fortaleza, março, 2001, 18p.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **Proposta para o Programa de Formação de Professores em nível superior.** 1999.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Relatório Técnico-Pedagógico:** alusivo aos dois anos de implantação do Programa de Formação, em nível superior, de professores de nível médio em serviço, para a 5^a à 8^a séries do ensino fundamental e para ensino médio – Magister/UFC. Fortaleza, nov. de 2002.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Relatório Técnico-Pedagógico – Magister/UFC.** Fortaleza, Primeiro Período Letivo, abr. de 2001.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Relatório Técnico-Pedagógico – Magister/UFC.** Fortaleza, Segundo Período Letivo, out. de 2001.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Relatório Técnico-Pedagógico – Magister/UFC.** Fortaleza, Terceiro e Quarto Períodos Letivos, maio de 2002.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Relatório Técnico-Pedagógico – Magister/UFC.** Fortaleza, Quinto Período Letivo, set. de 2002.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Relatório Técnico-Pedagógico – Magister/UFC.** Fortaleza, Oitavo, Nono e Décimo Períodos Letivos, maio de 2004.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Programa Magister – UFC.** Fortaleza, jan. de 2002.

URCA. Universidade Regional do Cariri. Programa de Formação Docente em Nível Superior – Magister. **Relatório de Atividades. Área: Linguagens e Códigos.** Crato, out. 2001.

URCA. Universidade Regional do Cariri. **Proposta de Curso de Habilitação para profissionais graduados em Pedagogia nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática e Linguagens e Códigos.** Crato, jun. 2002.

URCA. Universidade Regional do Cariri. **Programa de Formação de Professores do Ensino Fundamental e Médio para graduados em Pedagogia – Licenciatura Plena.** Crato, ago. 2002.

URCA. Universidade Regional do Cariri. Programa de Formação Docente em Nível Superior – Magister. **Relatório das Ações Pedagógicas** (out. de 2000 a out. 2002). Crato, out. 2002.

URCA. Universidade Regional do Cariri. Programa de Formação Docente em Nível Superior – Magister. **Relatório de Atividades Pedagógicas**. Crato, abr. de 2002.

URCA. Universidade Regional do Cariri. Programa de Formação Docente em Nível Superior – Magister. **Relatório de Atividades Pedagógicas do VI Semestre**. Crato, mar. de 2003.

UVA. Universidade Estadual Vale do Acaraú. **Programa Especial de Habilitação de professores da rede estadual de ensino em áreas específicas do conhecimento**. Sobral, 2002.

UVA. Universidade Estadual Vale do Acaraú. **Projeto de Formação Docente em nível superior para o Ensino Fundamental (5º a 8º série) e Médio na área de Linguagens e Códigos**. Sobral, 1999.

UVA. Universidade Estadual Vale do Acaraú. **Projeto de Formação Docente em nível superior para o ensino Fundamental (5º a 8º série) e médio na área de Ciências Humanas**. Sobral, 1999.

UVA. Universidade Vale do Acaraú. **Magister Ceará – UVA: Relatório de Atividades Módulos I – XIII**. Sobral, maio de 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

A realização da pesquisa intitulada: Influência do Programa de Formação Docente em Nível Superior – Magister/Ceará na formação do Professor da Educação Básica justifica-se pela necessidade de conhecer o impacto deste, na educação do Ceará.

O princípio teórico-metodológico desta pesquisa é de ordem qualitativa, fazendo-se, no entanto, uso da estatística descritiva na elaboração de tabelas, gráficos, percentuais, se necessário. Nesse sentido, os instrumentos de investigação serão:

a) análise dos documentos pertinentes às políticas educacionais para a formação do profissional docente do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Educação Básica – SEDUC;

b) análise das propostas de formação das 04 Universidades para os professores nas áreas de Linguagens e Códigos, Ciências Naturais e Matemática e Ciências Humanas (Geografia e História);

c) análise das propostas filosófica e pedagógica trabalhadas nas áreas, nas 04 universidades envolvidas no programa;

d) entrevistas com amostra dos professores cursistas das 03 áreas.

As entrevistas serão gravadas com o consentimento dos entrevistados e transcritas pela pesquisadora para a sistematização dos dados que permitirão a elaboração do relatório final da pesquisa.

O presente termo de consentimento livre e esclarecido vai por nós assinado e por todos os sujeitos que participarem desta pesquisa.

Fortaleza, 27 de maio de 2008

Maria Gilvanise de Oliveira Pontes
Consultora

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista para os professores cursistas do Magister

Caro Professor(a),

Esta entrevista tem o objetivo de fornecer subsídios para uma pesquisa que avaliará os cursos do Magister do Ceará, nas 04 Universidades (UECE, UFC, UVA e URCA). Os dados fornecidos são sigilosos. Contamos com sua valiosa contribuição.

1. Dados pessoais

- Ano de nascimento _____
- Sexo _____
- Tempo de magistério _____
- Tempo de residência no município em que leciona _____
- Seu vínculo profissional é com a rede: estadual () municipal () as duas ()
- Área de Formação do Magister/disciplina _____

2. Em que séries/níveis você atuava no magistério antes de cursar o Magister?

3. Em que séries e quais disciplinas você passou a lecionar após cursar o Magister?

4. O Magister contribuiu para a melhoria do seu desempenho profissional?

Sim () Não () Em caso positivo, de que forma?

5. O Magister contribuiu para a sua realização pessoal?

Sim () Não () Por quê? _____

6. O que você aprendeu com seus professores do ensino fundamental e médio que, ainda hoje, auxilia no desenvolvimento do seu trabalho?

7. Que atitudes negativas, de seus professores, lhe marcaram e você evita tomar com seus alunos?

8. Cite algumas práticas pedagógicas inovadoras aprendidas no Magister que você utiliza atualmente em sua sala de aula.

9. Você participa de algum colegiado (Conselho, Associação, Movimento Social) dentro da escola ou fora dela? Sim () Não () Em caso afirmativo, citar.

10. O Magister lhe ajudou a compreender a escola como instituição social e como um direito do cidadão? Sim () Não () Cite exemplo de uma ação concreta sua, em que você ajudou a defender o direito de acesso e permanência do aluno na escola.

ANEXOS

Anexo I – Termo de Contrato



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

CONTRATO Nº 017/2008

Artigo I. ACORDO DE EMPRÉSTIMO LN 4591 – BR

Artigo II. PROCESSO Nº 07365414-0

POR MEIO DESTE INSTRUMENTO (doravante denominado "**Contrato**") firmado e em vigor a partir de **28 de março de 2008**, o **ESTADO DO CEARÁ**, através da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora, à Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, inscrita sob o CNPJ Nº 07.954.514/0001-25 (doravante denominada "**Cliente**" ou simplesmente "**SEDUC**"), neste ato representada por sua Secretária **MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**, brasileira, inscrita no CPF

sob o nº 208.730.773-34, RG nº 1244632 – 2ª via, residente e domiciliada à Av. Rui Barbosa, 1474, Aptº 303, Bloco B, Aldeota, CEP 60115-221, nesta Capital, e, do outro lado a Sra. **MARIA GILVANISE DE OLIVEIRA PONTES**, brasileira, inscrita no CPF nº 112.403.933-34, residente e domiciliada à Av. Dr. Alfredo Weyne, 55, Bloco C, Apto 1102, Bairro de Fátima Fortaleza – CE, CEP 60.4415-520, Tel. (85) 3256-8057 / (85) 8825 8057, nesta Capital, (doravante designado "**Consultor**"),

CONSIDERANDO a necessidade da **SEDUC** de contratar a execução dos Serviços objeto do presente,

CONSIDERANDO que a Consultora se propõe a prestar esses Serviços,

ACORDAM as partes na forma das seguintes Cláusulas:

1. Dos Serviços

- (i) A Consultora obriga-se a executar os serviços especificados no **Anexo A - Termos de Referência e Escopo dos Serviços** e, que fazem parte integrante deste Contrato ("Serviços").
- (ii) A Consultora deverá apresentar ao Cliente os relatórios, na forma e nos prazos fixados no **Anexo B**.

2. Do Prazo

A menos que as partes subsequente e expressamente acordem de modo diferente, a Consultora deverá executar os Serviços no período de 90 dias. **O prazo de vigência do presente Contrato será de 90 (noventa) dias**, a partir da data da sua assinatura.

3. Do Pagamento

A. Limites

Obriga-se a **SEDUC**, em face da execução dos Serviços especificados no Anexo A, a pagar à Consultora a quantia que não exceda a **R\$ 46.580,10 (quarenta e seis mil quinhentos e oitenta reais e dez centavos)**, na qual presumem-se incluídos todos os custos e lucros da Consultora, bem como quaisquer obrigações fiscais que recaiam sobre a Consultora.

B. Cronograma de Pagamentos

Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma abaixo:

VALOR	PAGAMENTO
R\$ 18.632,04 (dezoito mil seiscentos e trinta e dois reais e quatro centavos)	Mediante a Definição da Amostra , conforme especificado nos Termos de Referência, parte integrante deste Contrato.
R\$ 27.948,06 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e oito reais e seis centavos)	Mediante a conclusão dos serviços e apresentação do Relatório Final , conforme especificado nos Termos de Referência, parte integrante deste Contrato.

TOTAL R\$ 46.580,10 (quarenta e seis mil quinhentos e oitenta reais e dez centavos).

C. Condições de Pagamento

Os pagamentos devem ser feitos em Real, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação, pela Consultora, do respectivo recibo, acompanhado de um cópia ao Coordenador designado na Cláusula 4.

4. Administração do Projeto

A. Coordenador. A SEDUC designa **Ana Cristina de Oliveira Rodrigues** como sua Coordenadora, a qual será responsável pela supervisão das atividades objeto deste Contrato, pelo recebimento, aceitação e aprovação dos relatórios e outros documentos entregues à SEDUC para efetivação do pagamento.

B. Relatórios. Os relatórios elencados no Anexo B - “Relatórios da Consultora”, deverão ser apresentados no decorrer da execução dos Serviços e constituirão a base para a efetivação dos pagamentos a serem feitos conforme a Cláusula 3.

5. Padrões de Desempenho

A Consultora se obriga a executar os Serviços de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

6. Sigilo

A Consultora não deverá, no decorrer deste Contrato e por (2) dois anos contados de seu término, divulgar qualquer informação confidencial ou particular da SEDUC relativa ao Serviço, a este Contrato ou aos negócios ou operações da SEDUC, sem o seu prévio e escrito consentimento.

7. Propriedade do Material

Todos os estudos, relatórios ou outros materiais, como gráficos, software, etc, elaborados pela Consultora para a SEDUC sob este Contrato pertencerão à SEDUC. A Consultora poderá reter uma cópia de tais documentos e software.

8. Incompatibilidades

A Consultora concorda que, no decorrer deste Contrato e após o seu término, estará desqualificado para o fornecimento de bens, obras ou serviços (salvo os Serviços, ou sua continuação, objeto do Contrato) para qualquer projeto resultante ou vinculado aos Serviços.

9. Cessão

É vedado à Consultora ceder, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato ou subcontrato sem o prévio e escrito consentimento da SEDUC.

10. Legislação Aplicável e Idioma

Ao Contrato serão aplicáveis as leis do país da **SEDUC**, e o idioma de regência será o Português.

11. Solução de Conflitos

Qualquer controvérsia resultante deste Contrato, não solucionada amigavelmente pelas Partes, deverá ser submetida a adjudicação/arbitragem de acordo com as leis do país da **SEDUC**.

Fortaleza, 28 de março de 2008.

PELA SEDUC

PELA CONSULTORA

*(i) Maria Izolda Cela de
Arruda Coelho*
Secretária da Educação

*(ii) Maria Gilvanise de
Oliveira Pontes*
Consultora

TESTEMUNHAS: 1. _____
2. _____

Anexo II – RESOLUÇÃO CEC N° 400/2005

Dispõe sobre a nomenclatura a ser adotada nos diplomas expedidos aos licenciados nos Cursos do Programa Magister.

O Conselho de Educação do Ceará – CEC, no uso de suas atribuições contidas no art. 7º, inciso II da Lei Estadual N° 11014, de 9 de abril de 1985, e, tendo em vista o que dispõe o Parecer CEC n° 349/2005 que reconheceu os Cursos do Programa Magister,

RESOLVE:

Art. 1º - Nos diplomas a serem expedidos para os licenciados nos Cursos do Programa Magister, oferecidos pela Universidade Estadual do Ceará-UECE, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e Universidade Regional do Cariri-URCA, na forma do Parecer CEC n.º 349, de 22 de junho de 2005, será adotada a seguinte nomenclatura:

I - **no anverso**: conferir o grau de “Licenciado no Curso de Formação de Professores para as Séries Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio – Licenciatura Plena”;

II - **no verso**: apostilar que “o diplomado no Curso especificado no anverso está habilitado para a docência de ...” ;

III - completar a apostila, indicando os nomes das duas disciplinas, nas quais o diplomado se habilitou, conforme a relação abaixo:

a) Universidade Estadual do Ceará – UECE

1. Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
2. Habilitação em Língua Portuguesa e Arte-Educação;
3. Habilitação em Arte-Educação e Educação Física;
4. Habilitação em História e Filosofia;
5. Habilitação em Geografia e Sociologia;
6. Habilitação em Matemática e Física;
7. Habilitação em Química e Biologia.

b) Universidade Regional do Cariri – URCA

1. Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
2. Habilitação em Língua Portuguesa e Arte-Educação;
3. Habilitação em História e Sociologia;
4. Habilitação em Geografia e Ecologia;
5. Habilitação em Biologia e Química;
6. Habilitação em Matemática e Física.

c) Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

1. Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
2. Habilitação em Educação Física e Arte-Educação;
3. Habilitação em Geografia e Sociologia;
4. Habilitação em História e Filosofia;
5. Habilitação em Matemática e Física;
6. Habilitação em Química e Biologia.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Conselho de Educação do Ceará, em Fortaleza aos 6 de julho de 2005.

GUARACIARA BARROS LEAL – Presidente

JORGELITO CALS DE OLIVEIRA – Vice-Presidente

MEIRECELE CALÍOPE LEITINHO – Presidente da Câmara da Educação Superior e Profissional

JOSÉ REINALDO TEIXEIR – Presidente da Câmara de Educação Básica

VILIBERTO CAVALCANTE PORTO – Relator

Artigo III. ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA

Artigo IV. ANTONIO COLAÇO MARTINS

EDGAR LINHARES LIMA

Artigo V. EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES

Artigo VI. FRANCISCO DE ASSIS MENDES GOES

Artigo VII. JOSÉ CARLOS PARENTE DE OLIVEIRA

Artigo VIII. LUIZA DE TEODORO VIEIRA

Artigo IX. LINDALVA PEREIRA CARMO

MANOEL LEMOS DE AMORIM

Artigo X. MARTA CORDEIRO FERNANDES VIEIRA

Artigo XI. ROBERTO SÉRGIO FARIAS DE SOUZA

Artigo XII. REGINA MARIA HOLANDA AMORIM

ANEXO III – Portaria N° 2.934/2005



PORTARIA Nº 2.934, DE 24 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1634/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta dos Processos nº 23000.002733/2004-16 e 23000.002716/2004-89, Registros SAPIEmS nº 061013/2004 e 051013/2004, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, unicamente para efeito de registro de diplomas dos alunos concluintes até o segundo semestre de 2004, o curso de Linguagens e Códigos, licenciatura, habilitações em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira e em Arte e Educação e Educação Física, integrante do "Curso Magister - Programa de Formação, em nível superior, de Professores em Nível Médio em Serviço", ministrado pela Universidade Federal do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pela União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO IV – Portaria Nº 2.935/2005



PORTARIA Nº 2.935, DE 24 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1635/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta dos Processos nºs 23000.002854/2004-68 e 23000.002809/2004-11, Registros SAPIEnS nºs 0910303/2004 e 1110303/2004, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, unicamente para efeito de registro de diplomas dos alunos concluintes até o segundo semestre de 2004, o curso de Ciências Humanas, licenciatura, habilitações em História e Ciências Sociais e em Geografia e Ciências Sociais, integrante do “Curso Magister - Programa de Formação, em nível superior, de Professores de Nível Médio em Serviço”, ministrado pela Universidade Federal do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pela União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO V – Portaria Nº 2.936/2005



PORTARIA Nº 2.936, DE 24 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 1636/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta dos Processos nºs 23000.002736/2004-50 e 23000.002737/2004-02, Registros SAPIEnS nºs 0710203/2004 e 0810203/2004, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, unicamente para efeito de registro de diplomas dos alunos concluintes até o segundo semestre de 2004, o curso de Ciências da Natureza e Matemática, licenciatura, habilitações em Matemática e Física e em Química e Biologia, integrante do "Curso Magister - Programa de Formação, em nível superior, de Professores de Nível Médio em Serviço", ministrado pela Universidade Federal do Ceará, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pela União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO VI – Parecer n. 349/2005



Artigo XIII. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Artigo XIV. CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL

INTERESSADOS: Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Regional do Cariri - URCA e Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

EMENTA: Reconhece os cursos do Programa Magister desenvolvidos pelas Universidades, Estadual do Ceará, Regional do Cariri e Estadual Vale do Acaraú, e dá outras providências.

RELATORES: Guaraciara Barros Leal, Meirecele Calíope Leitinho, Marta Cordeiro Fernandes Vieira, Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira e Lindalva Pereira Carmo.

SPU Nº: 04555632-6 **PARECER Nº:** 0349/2005 **APROVADO EM:** 22.06.2005
04255399-7
04360841-8

I – HISTÓRICO

A Universidade Estadual do Ceará – UECE, a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e a Universidade Regional do Cariri – URCA enviaram ao Conselho de Educação do Ceará pedido de reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena do Programa Magister, por elas desenvolvidos, propostos pela Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará.

Mencionado Programa já apreciado por este Conselho, quando do seu início, foi objeto do Parecer nº 206/2000, aprovando as propostas dos cursos de Licenciatura apresentados. Os cursos tinham como objetivo formar professores para o exercício da docência no Ensino Fundamental (5ª a 8ª série ou 3º e 4º ciclos) e no Ensino Médio. Esses cursos atenderam às áreas de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, com habilitações específicas.

A Universidade Federal do Ceará também estava integrada ao Programa, mas toda sua documentação foi enviada ao Conselho Nacional da Educação, por ser ela uma instituição federal.

O Programa Magister surgiu como uma proposta da SEDUC, instituição que conduziu a discussão sobre uma política de formação inicial de professores para a Educação Básica, já no exercício da função. A Secretaria procedeu a um levantamento de dados, visando a “radiografar” o perfil e o quantitativo das demandas por professores, na Educação Básica. Para realizar essa tarefa, foi organizada uma coleta direta nos centros regionais de desenvolvimento da educação (CREDES) e nas secretarias municipais de educação (SME), em 1998.

Os dados levantados revelaram que:

- a) 8.149 professores das redes de ensino estadual e municipais encontravam-se em processo de formação, ou em cursos de habilitação de nível médio, regular ou supletivo, na sua grande maioria, ou em nível superior;

- b) a demanda por formação de nível médio era exclusivamente concentrada na rede municipal – 2.923 professores leigos, dos quais 96% atuavam na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental; e
- c) 24.030 professores constituíram demanda para o Ensino Superior. Desses, 17.429 pertencentes às redes municipais, o que representa 72,5% e 6.601 pertencentes à rede estadual, perfazendo 27,5%.

Considerando que os professores se encontravam em pleno exercício da docência na rede pública e, considerando, ainda, o atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, que determinava a exigência de nível superior em curso de licenciatura de graduação plena para que o professor atuasse na Educação Básica, a SEDUC entendeu ser necessária a criação do Programa Magister para habilitar em nível superior, professores para lecionarem de 5ª a 8ª série no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Cumprе ressaltar que, à época, havia a compreensão de que o professor da Educação Básica não deveria cursar qualquer licenciatura, principalmente, porque se vivia no Ceará uma grande “corrida” pela formação em cursos especiais de Pedagogia que, pela sua natureza, não atenderiam as necessidades de formação do professor para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

A SEDUC decidiu então, convidar as universidades cearenses, especialmente as públicas, para, numa ação conjunta, conceber uma Licenciatura que viesse ao encontro do projeto educativo do Estado, suprimindo as lacunas de formação. Para tanto, propôs um desenho do que seriam o formato curricular do curso e suas estratégias básicas de operacionalização. Apresentou, ao mesmo tempo, uma proposta de financiamento que envolvia o Estado, os municípios e as universidades. Referido desenho apontava para:

- a) formulação de uma licenciatura referenciada no Projeto Pedagógico em desenvolvimento no Ceará, por conseguinte, orientada para uma concepção global e interdisciplinar de currículo, com foco em diferentes organizações do ensino, como ciclos de formação, classes de aceleração e telensino – este último implantado no Estado em 1974, sem que qualquer instituição de ensino superior (IES) o considerasse na formação de seus licenciados;
- b) uma formação docente que promovesse uma ação curricular dinâmica, contextualizada, crítica e estimuladora da cultura do sucesso escolar; concebesse a escola como pólo cultural e centro de vivências comunitárias e que fomentasse um processo de avaliação de aprendizagem formativo, contínuo, diagnóstico, com ênfase na observação sistemática do progresso do aluno;
- c) um curso que desenvolvesse uma parte de Educação Geral, outra organizada por área do conhecimento (Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Cultura e Sociedade), tendo em vista a formação de profissionais para as séries finais do Ensino Fundamental e, por fim, uma parte voltada para a habilitação específica em disciplina e/ou disciplinas afins, formando, também, para o Ensino Médio; um curso que valorizasse os saberes que o aluno-professor já trazia em função de sua trajetória profissional e de vida; e
- d) um estágio que perpassasse todo o processo de formação, promovendo uma prática reflexiva da ação docente do aluno-professor.

Durante aproximadamente um ano, a SEDUC e as quatro universidades (Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE,

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e Universidade Regional do Cariri – URCA), que aceitaram o desafio de vivenciar esta experiência pedagógica, realizaram ampla discussão da proposta e, com a participação de professores dos seus diferentes departamentos, conceberam o perfil do professor a ser formado.

Para esse planejamento participativo, foram constituídos dois comitês: o Comitê Pedagógico, com técnicos e professores representantes da SEDUC, universidades, sindicatos APEOC e SINDIUTE, Conselho de Educação do Ceará(CEC), Associação dos Prefeitos (APRECE) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e o Comitê Político, constituído pelos dirigentes máximos das instituições mencionadas.

A partir da definição do perfil de professor, cada universidade elaborou o seu projeto de curso, que foi apresentado, discutido e consensuado pelos Comitês Político e Pedagógico, originando o MAGISTER Ceará, e, em seguida, enviado ao CEC que o aprovou pelo Parecer nº 206/2000.

Artigo XV. Os projetos pedagógicos já executados pelas universidades estaduais foram encaminhados ao CEC, entre 2004 e 2005, acompanhados de relatórios do desenvolvimento dos cursos e outros documentos institucionais exigidos para o processo de reconhecimento.

Tais documentos constituíram objeto de análise por parte de uma Comissão de Especialistas designada pelo CEC para avaliar os cursos do Programa Magister, realizado pelas universidades estaduais, de per se. Em visita “in loco”, a Comissão coletou outras informações necessárias à elaboração de um relatório que serviu como fundamentação a este Parecer. A Comissão foi constituída pela Portaria nº 034/2005 com os seguintes professores: Ana Maria Fontenelle Catrib, Presidente, Maria Célia Felismino Lima, Maria Edvani Silva Barbosa, Cláudia Christina Bravo e Sá Carneiro, Elineide Veras de Paula Vasconcelos, Maria Aldeisa Gadelha Rocha, Maria Yolanda Perdigão Silveira, Maria Gilvanise de Oliveira Pontes, Paulo Cezar Barbosa e Fatiana Carla Araújo.

A Comissão de Especialistas adotou como roteiro para suas análises o documento “Orientações para a Avaliação do Programa Magister”, elaborado pelo CEC, em uma adaptação do Manual de Avaliação do INEP/MEC, que reúne princípios e diretrizes conducentes à verificação dos cursos. O Manual é nacionalmente utilizado por comissões avaliadoras das condições de oferta de cursos de graduação.

A intenção do CEC, além de padronizar os parâmetros de avaliação, foi testar a compreensão desses princípios e diretrizes pelos avaliadores locais, com vistas à sua aplicabilidade no Estado do Ceará.

No documento “Orientações para Avaliação do Programa Magister”, estão propostas as avaliações das seguintes dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Instalações, cada uma delas desdobradas em categorias de análise e indicadores.

Na opinião da Comissão de Especialistas, as orientações não só foram importantes para o seu trabalho, como também para os coordenadores, que atentaram para aspectos importantes na condução dos cursos.

Consideramos importante ressaltar alguns aspectos fundamentais da avaliação do Programa, identificados, não só pela Comissão de Especialistas, como também pela leitura dos documentos enviados ao CEC e pelas recomendações do Parecer CEC nº 206/2000, que assim se configuram:

- 1 - o Programa Magister constitui uma iniciativa inovadora, de caráter experimental, portanto não deveria ter sido efetivada em larga escala, isto é, com uma cobertura de 127 municípios do Estado do Ceará, com uma clientela heterogênea de 2.756 professores-alunos e com suportes estruturais carentes de qualidade e, acima de tudo, com muitos parceiros e muitas fontes de financiamento.

Analisando dados da clientela, pode-se afirmar que a maioria dos professores-alunos em exercício na rede pública de ensino, quando da sua entrada nos cursos, estava lecionando nas séries iniciais do Ensino Fundamental, não havendo motivação, de muitos, por uma habilitação para a docência nas séries finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio; os depoimentos de muitos desses professores-alunos, apontaram para uma insatisfação por fazerem um curso numa área para a qual não tinham preparação básica nem motivação; a área mais citada como indesejável foi a de Ciências e Matemática, que, segundo eles, exige práticas de laboratório que são complicadas e têm conteúdos difíceis, como os de Física, Matemática e Química. Esta, contudo, era, à época, a necessidade do Sistema de Ensino

2 - O relatório da Comissão de Especialistas apontou as conclusões gerais apresentadas a seguir:

- a) adequar os objetivos e conteúdos do Programa à realidade social, bem como às pessoas e materiais disponíveis;
- b) formar turmas que não dependam de parcerias diferentes, para que problemas de ordem financeira e administrativa não afetem o Programa, a fim de que este não sofra solução de continuidade e desmotive os professores-alunos;
- c) matricular os professores-alunos somente em cursos de sua área de preferência e atuação, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino;
- d) matricular os professores-alunos fora de seus municípios somente se forem garantidos recursos e/ou bolsas para despesas com deslocamento e manutenção;
- e) descentralizar a administração do Programa, bem como a execução no que concerne às áreas pedagógica e administrativa;
- f) ofertar cursos somente em locais cujos espaços físicos sejam adequados e disponíveis ao longo de sua duração;
- g) celebrar convênios, levando em conta mecanismos que os antigos já foram celebrados garantam o repasse de verbas para sua plena execução;
- h) contemplar no Projeto do Programa recursos para desenvolvimento de avaliação interna e externa;
- i) ofertar cursos que demandem práticas laboratoriais apenas em municípios que tenham espaços adequados e equipados e atendam às necessidades; e
- j) garantir o cumprimento do planejamento da carga horária prevista para modalidade de ensino, conforme o estabelecido no Projeto do Programa de cada instituição.

Como Parecer final, a Comissão de Especialistas recomendou o reconhecimento dos cursos indicando que deveriam ser consideradas as recomendações do relatório de avaliação.

3 - Sendo o currículo um dos principais elementos a ser considerado na avaliação de cursos, foram tecidos comentários sobre sua organização nos cursos do Programa Magister.

De um modo geral, os currículos propostos foram organizados de acordo com os Parâmetros e Diretrizes Curriculares para a formação de professores para a Educação Básica e, segundo a Comissão de Especialistas, estão de acordo com os perfis de cada curso. Vale ressaltar que, nas recomendações contidas no Parecer inicial do CEC, já havia referência à

organização didático-pedagógica dos cursos, recomendando a contextualização das suas atividades, dos conteúdos, do exercício da teoria-prática pela realização do estágio ou Ação Docente Supervisionada - ADS.

Em análises documentais e com base nos depoimentos de professores-alunos participantes do Programa, pode-se assinalar que, embora a ADS tenha sido restritiva no seu acompanhamento pelos tutores em função de questões financeiras, caso específico da Universidade Estadual do Ceará, mesmo assim conseguiu bons resultados, sendo o trabalho final, pelos professores-alunos considerados satisfatórios.

A inovação curricular do Programa Magister reside em dois pontos fundamentais: a relação teoria-prática e a interdisciplinaridade. São categorias que deveriam ter sido exercitadas e que, segundo dados do Relatório da Comissão de Especialistas, não o foram de modo satisfatório. Foram parcialmente aplicadas. O currículo foi rico em atividades complementares (seminários, fóruns, aulas de campo e pesquisa da prática pedagógica). Alguns depoimentos de professores-alunos apontaram para uma fragmentação de carga horária em função do número de horas semanais do curso, dificultando a consolidação do conhecimento.

Em relação à oferta das disciplinas com as respectivas cargas horárias (ver quadros em anexo), pode-se asseverar que todos os cursos/habilitações atendem ao cumprimento da carga horária mínima de 2.800 horas, prevista para as licenciaturas na Resolução CNE/CP nº 2/2002.

Na proposta da UVA, na área de Ciências Humanas, estão apresentadas as habilitações em História e Filosofia. No currículo de Filosofia, foram incluídas disciplinas da área de Ciências da Religião, num total de 105 horas, o que não configura habilitação nesta área.

Na proposta da URCA, a Educação Física está apresentada como habilitação, mas, quando da execução do Projeto, segundo informações do pró-reitor de Ensino de Graduação, após ampla discussão com os docentes e interessados na oferta dessa habilitação, ficou decidido que ela não seria implantada, pois a URCA, à época, não ofertava Curso de Graduação em Educação Física.

Observou-se ainda que nos projetos pedagógicos de alguns cursos oferecidos pela URCA havia impropriedades entre as habilitações indicadas e as disciplinas incluídas no currículo para dar-lhes suporte, obrigando uma correção das habilitações propostas, para que a docência ficasse autorizada em disciplinas que representassem realmente a área de concentração dos estudos realizados pelos formandos, em termos de carga horária cumprida. A primeira, diz respeito à habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas. Atendo-se à carga horária das disciplinas cursadas, verifica-se a oferta de apenas duas disciplinas para Literaturas de Língua Portuguesa, num total de sessenta horas, e nenhuma disciplina de Literatura para Língua Inglesa, o que não configura as habilitações indicadas, devendo-se restringir a: habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. A segunda, diz respeito à habilitação em História e Ciências Sociais. Trata-se aqui do uso impreciso do termo Ciências Sociais indicando uma habilitação, quando Ciências Sociais é um conjunto de ciências. Neste caso, e em consonância com as disciplinas ministradas no curso é indicada a substituição de Ciências Sociais por Sociologia. E, por último, com relação à habilitação em Geografia e Meio Ambiente. Aqui, os relatores indicam a substituição de Meio Ambiente por Ecologia, que é a disciplina ofertada no Ensino Fundamental e Médio.

Na proposta inicial da UECE, não constava a habilitação em Educação Física. Esta habilitação foi ofertada pela Universidade e, posteriormente, regulamentada pela Resolução nº 2.816/2005 do CEPE/UECE.

4 – Alguns programas das disciplinas desenvolvidos pelas três universidades continham lacunas, muitos dos quais não foram apresentados e outros o foram de forma incompleta: sem ementários, com bibliografias insuficientes e inadequadas para os objetivos do curso. Este fato denota falha no gerenciamento e acompanhamento do Magister, causando resultados negativos quando da avaliação desse item.

5 – Não foi possível avaliar a metodologia aplicada no desenvolvimento curricular, por não estar expressa nos programas das disciplinas e também pela inviabilidade da observação de aulas por parte da Comissão, em virtude dos cursos já terem sido concluídos.

6 - A análise dos dados dos coordenadores de curso e de área (titulação, experiência na área e tempo de dedicação aos cursos) foram considerados satisfatórios pela Comissão, assim como os dados sobre o corpo docente, revelando que os professores na sua maioria tiveram experiência em cursos de licenciatura, muitos deles com doutorado e mestrado e outros com especialização. Eles foram avaliados positivamente pelos professores-alunos.

7 - A situação dos laboratórios de ensino e de informática foi analisada pela Comissão como insatisfatória, não sendo possível colher dados significativos sobre o seu uso pelos professores-alunos; há apenas indicações do uso da capacidade laboratorial dos centros vocacionais tecnológicos (CVTs), identificando-se pouca disponibilidade de material de consumo. Esse fato afetou principalmente a qualidade dos cursos na área de Ciências e Matemática e na habilitação em Inglês. A não-utilização da informática, como instrumento de pesquisa do professor-aluno, também afetou negativamente a formação profissional desenvolvida.

Acreditamos que problemas desse tipo devam ser pensados no ato de negociação dos recursos, na definição dos critérios de escolha dos locais de realização dos cursos e também quando do planejamento das ações de qualquer programa dessa natureza.

8 - Quanto às bibliotecas específicas, podemos assegurar, pelos depoimentos dos professores-alunos e professores tutores que elas foram incipientes. A existência da biblioteca itinerante da URCA, os livros publicados pela UECE dirigidos para os alunos do Programa e as apostilas de apoio didático aos cursos organizadas pelas três universidades não dispensariam a aquisição de um acervo mínimo, cujos recursos financeiros ficariam à conta do próprio Programa, retirados das taxas de administração previstas nos convênios.

Faz-se urgente que as instituições estejam atentas para a organização de uma política de bibliotecas, visando a aumentar os seus acervos, sua informatização e atualização.

A SEDUC e as universidades, instituições responsáveis por definir e implementar políticas de melhoria da qualidade do ensino, objetivo maior do Programa Magister, não poderiam ter descuidado esse aspecto.

Apesar de algumas situações desfavoráveis no desenvolvimento do Programa, é inquestionável a sua importância para a melhoria da qualidade da escola cearense, já que o diagnóstico anteriormente elaborado pela SEDUC identificou grande número de professores sem a adequada formação para a docência nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Não consta do processo de reconhecimento dos cursos informação sobre a avaliação do Programa pela SEDUC, deixando dúvidas quanto à contribuição efetiva que ele traria para melhorar o desempenho dos professores-alunos no exercício da docência. Neste particular,

entende o CEC que a avaliação deva ser ainda objeto das preocupações da SEDUC, inclusive para orientar futuros programas desta natureza.

Merecem registro os entraves que ocorreram ao longo do desenvolvimento do Programa, em função da mudança da equipe de coordenação da SEDUC, afetando negativamente seus resultados. Destaque-se, adicionalmente, a inadimplência de prefeituras em relação ao cumprimento dos acordos financeiros conveniados.

É inegável a contribuição do Programa para a elevação da auto-estima dos professores-alunos, fato registrado em depoimentos dados à Comissão de Especialistas. Estes afirmaram que só teriam acesso a um curso de nível superior por uma iniciativa dessa natureza, que proporcionou a todos um desenvolvimento profissional e pessoal. Esta é uma mensagem a ser considerada pelas instituições educacionais como elemento importante da formação do professor quanto ao seu desenvolvimento humano e à sua profissionalização.

Percebeu-se claramente nos depoimentos sobre a Ação Docente Supervisionada que esta constituiu um espaço de reflexão, não só sobre a prática profissional, mas também sobre as transformações existenciais desses profissionais, tornando-os mais conscientes, reflexivos e atuantes.

Por último, observa-se que muitas das recomendações feitas pelo Parecer nº 206/2000, do CEC, foram consideradas pelos órgãos executores do Programa. Outras, no entanto, deixaram de receber a devida atenção por parte das instituições responsáveis. Crê-se que o fato ocorreu, entre outras razões, pelo volume e complexidade dos problemas estruturais recorrentes que dificultaram a plena realização do Programa.

É dever do CEC recomendar que os responsáveis pela concepção, execução e financiamento do Programa Magister reflitam sobre a experiência e os resultados efetivos que esse Programa trouxe para a melhoria do Sistema de Ensino do Estado do Ceará e, em especial, para a ação docente.

Artigo XVI. II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O processo de reconhecimento dos cursos de graduação exige que se utilizem procedimentos e critérios de avaliação abrangentes, que determinem a qualidade e a eficiência de suas atividades. O reconhecimento de cursos de graduação é uma prerrogativa deste Conselho, fundamentada nos artigos 10 e 46 da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, nestes termos:

Art. 10 – Os Estados incumbir-se-ão de:

..... IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecidos do seu sistema de ensino;....

Art. 46 – A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão seus prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Além dos aspectos legais do reconhecimento dos cursos, consideram-se para a formação do professor da Educação Básica em nível superior, de licenciatura, de graduação plena, aqueles contidos no artigo 62 da Lei 9394/96 e nas Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, e CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.

Há ainda o Parecer CEC nº 206/2000 de 29 de março de 2000, que aprovou as propostas dos cursos de Formação Docente em Nível Superior, resultado de um esforço interinstitucional para a formação de professores para o exercício da docência no Ensino Fundamental e Médio, no âmbito do Estado do Ceará.

As universidades estaduais também, por exigência legal, aprovaram em seus conselhos os atos legais de criação de seus cursos, a saber:

Universidade Estadual do Ceará

1. Resolução nº 2249-CEPE, de 05 de junho de 2000, que criou os projetos dos cursos de Formação Docente em Nível Superior, com as seguintes denominações: Linguagens e Códigos; Ciências e Matemática; e Ciências Humanas e suas respectivas tecnologias.
2. Resolução nº 2816/CEPE, de 13 de abril de 2005, que aprovou a inclusão da habilitação Arte – Educação e Educação Física do Curso de Graduação, Licenciatura Plena, em Linguagens e Códigos, do Programa Magister.

Universidade Estadual Vale do Acaraú

1. Resolução nº 8-A/00 de 03 de março de 2000, que criou o Programa de Formação Docente em Nível Superior, com os seguintes cursos: Licenciatura em Ciências Humanas com habilitações em História e Filosofia/Ciências Religiosas, Geografia e Sociologia.
2. Resolução nº 8 - B/00, de 03 de março de 2000, que criou o Programa de Formação Docente em Nível Superior, com os seguintes cursos: Linguagem e Códigos com habilitações em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Educação Física, Arte e Educação.
3. Resolução nº 8-C/00, de 03 de março de 2000, que criou o Programa de Formação Docente em Nível Superior, com os seguintes cursos: Ciências Naturais e Matemática, com habilitações em Química, Biologia, Matemática e Física.

Universidade Regional do Cariri

1. Provimento nº 11/2000, de 07 de maio de 2000, que criou os seguintes cursos de Formação Docente em Nível Superior: Licenciatura em Linguagem e Códigos com as seguintes habilitações: Língua Português e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, Língua Portuguesa e suas Literaturas e Art/Educação; Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática com as habilitações: Biologia e Química, Matemática e Física; e Licenciatura em Ciências Humanas, com as habilitações em História e Ciências Sociais, Geografia e Meio Ambiente.

Artigo XVII. III – VOTO DOS RELATORES

Em face das considerações emitidas anteriormente e das recomendações da Comissão de Especialistas para os Cursos/Habilitações do Programa Magister, os relatores votam favoravelmente ao seu reconhecimento, indicando que, na oferta de outro programa dessa natureza, sejam considerados os dados de avaliação contidos neste Parecer. Os relatores recomendam a publicação da experiência e de seus resultados, destacando eventuais inovações advindas da realização do Programa.

Ficam reconhecidos os cursos de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e especificados por Universidade.

1. **Universidade Estadual do Ceará – UECE**

1. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
2. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Língua Portuguesa e Arte-Educação;
3. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Arte-Educação e Educação Física;
4. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em História e Filosofia;
5. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Geografia e Sociologia;
6. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Matemática e Física; e
7. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Química e Biologia.

2. Universidade Regional do Cariri – URCA

1. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas;
2. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas, e Arte-Educação;
3. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em História e Ciências Sociais;
4. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Geografia e Meio Ambiente;
5. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Biologia e Química; e
6. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Matemática e Física.

3. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

1. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
2. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Educação Física e Arte-Educação;
3. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena - Habilitação em Geografia e Sociologia;

4. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena -Habilitação em História e Filosofia;

5. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena -Habilitação em Matemática e Física;

6. Curso de Formação de Professores para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio - Licenciatura Plena -Habilitação em Química e Biologia.

Artigo XVIII.

Artigo XIX. IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara da Educação Superior e Profissional do Conselho de Educação do Ceará aprova o voto do Relatores.

Artigo XX. V – DECISÃO DO PLENÁRIO

Por unanimidade, o Plenário aprovou o Parecer.

Sala das Sessões da Câmara da Educação Superior e Profissional do Conselho de Educação do Ceará, em Fortaleza, aos 22 de junho de 2005.

Artigo XXI. MEIRECELE CALÍOPE LEITINHO

Presidente da Câmara

Artigo XXII. MARTA CORDEIRO FERNANDES VIEIRA

Relatora

Artigo XXIII. ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA

Relatora

Artigo XXIV. LINDALVA PEREIRA CARMO

Relatora